



TRILHAS DO DIREITO



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas

CADERNO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2023-2



ORIENTAÇÕES E INFORMAÇÕES IMPORTANTES

PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO

O(a) estudante que desejar cursar uma ou mais atividades complementares deve comparecer ao primeiro encontro da oferta de interesse. As datas e horários de início das aulas constam neste Caderno e no Quadro de Atividades Complementares 2023/02.

O(a) aluno(a) que não comparecer ao encontro inaugural, não será inscrito(a) na atividade de interesse. Para as ofertas *on-line* há necessidade de inscrição prévia, por meio dos links indicados na descrição da atividade.

DINÂMICA DA PRIMEIRA AULA

No primeiro encontro, o(a) professor(a) apresentará a proposta da sua atividade, conferindo destaque ao conteúdo programático e à metodologia de avaliação (se houver). O objetivo desses esclarecimentos é evitar desistências ao longo do semestre, que prejudicam o planejamento do(a) professor(a) e impedem que outros(as) estudantes preencham vagas ociosas e ingressem na atividade após o início das aulas.

Ao final da primeira aula, o(a) professor(a) fará uma consulta aos(às) alunos(as) presentes, para confirmar a continuidade na atividade.

Caso a demanda supere a oferta de vagas, o(a) professor(a) promoverá uma seleção entre os(as) interessados(as), aplicando os critérios que julgar adequados. A relação nominal dos(as) alunos(as) selecionados(as) será encaminhada, pelo(a) professor(a), à Coordenação, logo após o término da primeira aula.

Havendo disponibilidade do(a) professor(a) e interesse dos(as) estudantes remanescentes, a Coordenação avaliará a possibilidade de abertura de uma segunda oferta.

Os cursos de curta duração iniciarão suas atividades já no primeiro encontro.

CONSEQUÊNCIAS DO ABANDONO DE UMA ATIVIDADE COMPLEMENTAR

O acúmulo de faltas superior a 25% das aulas previstas, caracterizará o abandono da atividade complementar.

Vitória, 10 de agosto de 2023.

Ricardo Goretti Santos
Diretor Acadêmico da FDV

Ivana Bonesi Rodrigues Lellis
Coordenadora do Curso de Direito da FDV



Direito e
Negócios

DE - STARTUPS: UMA MISTURA DE DIREITO E NEGÓCIOS

APRESENTAÇÃO:

O mercado de Startups já há alguns anos tem roubado a cena de grandes investimentos em todo o mundo, e no Brasil não é diferente. No entanto, até chegar no ponto de ser investida, uma Startup precisa trilhar um longo caminho, e uma das grandes dificuldades que ela enfrenta é o diálogo entre mercado, negócios e direito.

Por esse motivo, é imprescindível que o futuro profissional do direito domine, além das leis e regulamentos aplicáveis, a multidisciplinariedade de conhecimentos e áreas necessárias para que ele possa identificar as demandas jurídicas e utilizar as ferramentas corretas para mitigar os riscos que são naturais do negócio.

Nesse contexto, os objetivos gerais do presente curso são: (i) fornecer uma compreensão jurídica das principais ferramentas utilizadas em Startups; (ii) fornecer habilidades práticas para identificar e lidar com as questões do dia a dia desse setor; (iii) compreender como as *Startups* se relacionam com o Direito, bem como de que forma o advogado de Startups se relaciona com o seu cliente e (iv) identificar as demandas jurídicas e mitigar os riscos dos negócios.

Para tanto, serão abordados durante o curso, os seguintes temas: (i) conceito de *Startup*; (ii) ferramentas não jurídicas (*business plan*, barreira de mercado, mapa de *stakeholders*, principais modelos de negócios); (iii) a criação e escolha do Tipo Societário (Contrato Social e Acordo de Sócios); (iv) contratação de Colaboradores e Retenção de Talentos (CLT, PJ, Programa de *Partnership - Stock Option, Vesting*); (v) formação e negociação dos principais contratos (Contratos de Prestação de Serviços, Compra e Venda de Produtos, Termos de Uso/Licença de Uso de *Software*); (vi) principais questões envolvendo Propriedade Intelectual e Proteção de Dados (Registro de Marcas e Patentes e LGPD); (vii) investimentos (Tipos de investimentos, *due diligence, valuation* empresarial, principais instrumentos jurídicos).

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Mauro Massucatti Netto



Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Pós-Graduação (LL.M) em Direito Empresarial pela FGV. Mestre em Direito Empresarial na Ordem Econômica Brasileira e Internacional pela Faculdade

Milton Campos. Dedicado aos estudos na área de inovação e empreendedorismo digital desde a graduação. Atua na Comissão de *Startups*, Proteção de Dados e Inovação da OAB/ES.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 14/08/2023

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 12



DE - DIREITO PREVIDENCIÁRIO NO RGPS (REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL)

APRESENTAÇÃO:

A disciplina de Direito Previdenciário é voltada para o estudo do Regime Geral de Previdência Social - RGPS (segurados vinculados ao INSS) e visa o estudo da seguridade social: conceito, histórico e princípios, quem são os segurados, como é o custeio da Previdência Social, como é o salário de contribuição, quais são os benefícios previdenciários, prazo de carência dos benefícios, cálculos e formas de cumulação de benefícios.

A disciplina possui relevância, já que atinge todos aqueles que são segurados do INSS no Brasil e engloba direitos relacionados a idosos, mulheres, incapacitados, deficientes, em busca de uma garantia de igualdade formal e material. Para fins de prova da OAB, a disciplina foi incluída na 2ª fase, sendo relevante também por esse motivo. O tema foi impactado por recentes alterações após Emenda Constitucional 103/2019, e mudança da IN 128/2022, logo, imprescindível estudo sobre atualizações. Estão entre os objetivos da disciplina:

- (i) conhecer as origens do Direito da Seguridade Social, diferenciando a assistência, a previdência e saúde, além de conhecer os diversos regimes de previdência, especialmente o RGPS, e formas de custeio;
- (ii) conhecer os diversos segurados do RGPS, sejam eles obrigatórios ou facultativos, bem como quando a qualidade de segurado pode ser perdida ou mantida, qual o prazo de carência dos benefícios;
- (iii) descrever os benefícios do RGPS, inclusive cálculos, bem como a possibilidade de cumulação de benefícios;
- iv) propiciar ao estudante conhecimento sobre o regramento constitucional e legal aplicável à previdência do servidor do RGPS.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Aline Simonelli Moreira



Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV. Mestre em Direito Processual da UFES. Advogada sócia do Brito & Simonelli Advocacia e Consultoria. Advogada do Núcleo de Práticas Jurídicas da FDV. Professora de Direito Previdenciário e Prática Previdenciária da Pós-graduação da Estácio de Sá. Especialista em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho. Tem experiência em Direito Trabalhista, Previdenciário e Administrativo.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 14/08/2023

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 17h às 18h40

Local: sala 13



Carreiras e
Políticas
Públicas



Carreira
Acadêmica

DE - LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

APRESENTAÇÃO:

Atualmente é notória a relevância da Legislação Penal Especial, sobretudo em virtude do fenômeno de expansão do direito penal e da enorme quantidade de leis penais que extrapolam os limites estabelecidos pelo Código Penal. Assim, o curso seleciona algumas das mais importantes leis no campo penal e possui como objetivo principal estudar as Leis Penais Especiais e sua relação com os princípios norteadores do Direito Penal, bem como definir a Política Criminal instituída na legislação extravagante.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 6º período.

DOCENTE:

Raphael Boldt de Carvalho



Pós-Doutorado em Criminologia pela *Universität Hamburg*, com bolsa de estudos concedida pelo DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*). Doutor e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV/ES) com estágio doutoral realizado na *Johann Wolfgang-Goethe Universität/Frankfurt am Main*. Pesquisador visitante junto ao Instituto para Ciências Criminais e Filosofia do Direito (*Institut für Kriminalwissenschaften und Rechtsphilosophie*) da Universidade de Frankfurt e ao Instituto *Max Planck* de História do Direito Europeu (*Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte*). Professor da FDV. Advogado criminalista.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 15/08/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 12



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

DE - DIREITO MARÍTIMO E PORTUÁRIO

APRESENTAÇÃO:

O objetivo do curso é fornecer aos alunos noções gerais sobre o Direito Marítimo e Portuário à luz das normas internas e internacionais. Da exploração do porto público e privado e suas instalações, das funções dos operadores portuários, do órgão Gestor de Mão de Obra Avulsa – OGMO e a análise da legislação portuária. Do direito marítimo e da navegação e da proteção do meio ambiente marinho. Análise dos espaços marítimos, plataforma continental, Amazônia azul. A função do Tribunal Marítimo. Classificação de navios. Bandeiras de Conveniência. Convenção das Nações Unidas Sobre Direito do Mar.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Marcelo Fernando Quiroga Obregón



Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito - FDV. Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coordenador Acadêmico do curso de Especialização em Direito Marítimo e Portuário da FDV. Professor de Direito Internacional e Direito Marítimo e Portuário nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da FDV.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 16/08/2023

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 12



Carreiras e
Políticas
Públicas

DE - DIREITO FINANCEIRO

APRESENTAÇÃO:

A Constituição da República Federativa do Brasil aponta como objetivos fundamentais, dentre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos. São eles reflexos do próprio primado do interesse público, que norteia e justifica toda a atuação estatal, cuja consecução, deve o Estado alocar os recursos disponíveis de maneira programada, com a participação direta ou indireta da própria sociedade. Ademais, como as necessidades humanas são ilimitadas, contrariamente aos recursos financeiros destinados a atendê-las, impõe-se não apenas a delimitação concreta das prioridades, mas, sobretudo, um planejamento e o custeio da execução das ações estatais de modo responsável e eficiente.

É nesse contexto que surge o Direito Financeiro como um conjunto de normas jurídicas que disciplina a atividade financeira do Estado. Por ele destacam-se as normas referentes à elaboração do orçamento público, o planejamento orçamentário de médio e longo prazo, as regras referentes à captação de receitas e realização das despesas, bem como as que implementam a responsabilidade fiscal. A sua inquestionável importância se manifesta no extenso tratamento da matéria na Constituição, consequência do próprio escopo fundamental das suas normas.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 5º período.

DOCENTE:

Ricarlos Almagro



Advogado. Professor da FDV. Ex-Procurador Federal. Ex-Juiz Federal. Mestre em Argumentação Jurídica (Universidade de Alicante – Espanha). Doutor em Direito Público (PUC-MG). Doutor em Filosofia (UFRJ).

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 17/08/2023

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala12



Carreiras e
Políticas
Públicas

DE - DIREITO ELEITORAL

APRESENTAÇÃO:

Direito Eleitoral. Princípios do Direito Eleitoral. Sistema Representativo. Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral. A legislação brasileira sobre o tema. Partidos Políticos. Da Elegibilidade e Inelegibilidade. Das Coligações. Das Convenções para a escolha de candidatos. Do registro de candidatos. Da arrecadação e da aplicação de recursos nas Campanhas Eleitorais. Da Prestação de Contas. Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais. Da Propaganda Eleitoral. Do Direito de Resposta. Das Mesas Receptoras. Da fiscalização das Eleições. Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais. Dos procedimentos sancionadores do abuso de poder. Dos Recursos em Matéria Eleitoral. Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Daury Cesar Fabriz



Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG. Professor da FDV nos cursos de Graduação e Pós-Graduação “stricto sensu” em Direitos e Garantias Fundamentais. Advogado

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 17/08/2023

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 17h às 18h40

Local: sala 13



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica

VIAGEM A BRASÍLIA

APRESENTAÇÃO:

Por meio desta atividade, os alunos terão a oportunidade de visitar o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, o Palácio da Alvorada, o Palácio do Itamaraty, o Instituto Rio Branco, bem como pontos turísticos de Brasília.

O objetivo é permitir que os alunos vivenciem, na prática, o funcionamento de órgãos essencialmente conectados ao universo das profissões jurídicas. Os estudantes terão a oportunidade de conhecer a estrutura dos Três Poderes da República, observando o seu funcionamento e as suas interações

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:



Elis Pilon

Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (CAPES 5), membro do Grupo de Pesquisa CNPq Invisibilidade Social e Energias Emancipatórias em Direitos Humanos, da FDV. Pós-Graduação em Direito Individual e Processual do Trabalho pela FDV. Graduação em Direito pela FDV. Advogada inscrita na OAB/ES.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 24 horas

Data de apresentação da proposta: 18/08/2023

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30

Local: sala 05

Datas da viagem: 24 a 26/10/2023



NÚCLEO DE DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

APRESENTAÇÃO:

Estudar e analisar conflitos jurídicos de Direito Internacional e de Relações Internacionais, preparando os alunos para participação em competições de Direito Internacional, abrangendo temas como violações à Carta das Nações Unidas, Estatuto do Tribunal Penal Internacional, assim como o funcionamento e a eficácia dos tribunais internacionais e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Conformar e preparar equipes de competição de julgamentos simulados nos diferentes tribunais internacionais e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Incrementar e aprofundar o estudo do direito internacional através de um estudo de caso real ou fictício envolvendo duas etapas: fundamentação escrita no primeiro bimestre e sustentação oral no segundo bimestre. Na etapa escrita, os participantes analisarão o estudo de caso através de minuciosa pesquisa documental, doutrinária, jurisprudencial e sociológica. Na etapa oral se abrirá o debate entre os membros do tribunal internacional e os representantes dos Estados denunciadores e denunciados. Os docentes da faculdade poderão participar como observadores internacionais.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Marcelo Fernando Quiroga Obregón



Doutor em Direito e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito - FDV. Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coordenador Acadêmico do curso de Especialização em Direito Marítimo e Portuário da FDV. Professor de Direito Internacional e Direito Marítimo e Portuário nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da FDV.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 20 horas

Data de início: 21/08/2023

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 17



Direito e
Negócios

OBSERVATÓRIO DE DIREITO CIVIL

APRESENTAÇÃO:

O Observatório de Direito Civil tem por objetivo avaliar as principais práticas do mercado relacionadas às relações privadas. O discente sairá da sala de aula e ingressará nas atividades reais, buscando continuamente a apresentação de soluções jurídicas aos problemas identificados pelo grupo.

O Observatório pautará as suas atividades sempre seguindo a tríade: (i) ver e fazer; (ii) ver, fazer e sugerir; e (iii) ver, fazer e apresentar.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 3º período.

DOCENTE:

Bruna Lyra Duque



Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu em Direito de Família e das Sucessões da FDV. Professora de Direito Civil da graduação e pós-graduação lato sensu da FDV. Advogada.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 8 horas

Data de início: 22/08/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: *on-line*

Link de acesso: <https://fdv.digital/bruna-lyra>



Direito e
Negócios

LABORATÓRIO DE DIREITO E TECNOLOGIA: COMO CRIAR AUTOMAÇÕES BASEADAS EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

APRESENTAÇÃO:

Nos módulos de lançamento do Laboratório de Direito e tecnologia você aprenderá a desenvolver automações de tarefas e a manipular mídias - texto, imagem, áudio e vídeo - e bases de dados com ferramentas acessíveis baseadas em Inteligência Artificial - IA.

Módulo introdutório

O que é o que não é Inteligência Artificial – IA?; Redes neurais e aprendizagem de máquina; O que IA pode fazer e o que ainda não pode; IA, colaboração em rede e comunidades de software livre; Processamento de linguagem natural e grandes modelos de linguagem; Desenvolvimentos recentes e novos modelos de negócio com IA; IAs conversacionais; IA generativa e Estatística.

Módulo de aplicação

Abrindo a caixa de ferramentas; Escolhendo as ferramentas em função do problema; Geração e manipulação de texto; Geração e manipulação de imagens; Geração e manipulação de áudio e vídeo; Automações no navegador de internet; Ferramentas de automação no code e low code; Raspadores e limpadores de dados; Análise de dados e geração de gráficos com IA; Análise de texto com IA: categorização e análise de sentimento; Aplicações com dados de decisões judiciais; Aplicações com dados de peças processuais.

Projetos coletivos

Chatbot especialista em Direito, Cinema e Literatura; Chatbot especialista em Exame da OAB; Chatbot especialista em decisões judiciais de magistrados e colegiados; Automação para buscar e categorizar legal techs internacionais; Automação para buscar e classificar projetos de IA que promovem direitos fundamentais.

Projetos individuais

Chatbot treinado em seus próprios documentos de texto e planilhas; Automação de tarefas cotidianas e repetitivas; Automação para gerar quizzes e flashcards com aprendizagem espaçada.

Módulo de estudo e pesquisa

Inteligência artificial e a evolução dos buscadores; Automações em cadernos computacionais; Ferramentas baseadas em IA generativa para organizar estudos e pesquisas; Automações em bases de publicações científicas.

Módulo de uso responsável

Aplicações de IA, criptografia e segurança da informação; Proteção de dados pessoais e IA generativa; Exercício do uso de imagem e IA generativa; Autoria e titularidade de obras geradas por IA.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Bruno Costa Teixeira



Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV/ES. Especialista em Educação e tecnologia pela Universidade de São Paulo – USP. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória Coordenador de EAD na FDV/ES. Professor de Direito Direito na FDV/ES.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 20 horas

Data de início: 24/08/2023

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 16



Direito e
Negócios

LABORATÓRIO DE DESIGN E INOVAÇÃO JURÍDICA DA FDV – LINO-JUS



APRESENTAÇÃO:

O Laboratório de Design e Inovação Jurídica da FDV (LINO-jus) dedica-se à pesquisa das tendências jurídicas e ao estudo dos impactos da tecnologia digital, dos sistemas inteligentes (expert systems) e da interação homem-máquina sobre o sistema jurídico. As pesquisas, de natureza exploratória, visam ao desenho de novos modelos, ferramentas, sistemas, produtos e serviços jurídicos em prol da equidade, acessibilidade e eticidade dos sistemas de justiça e resolução de disputas, centrados no ser humano.

Os objetivos do laboratório são: **PROMOVER TREINAMENTOS E OFICINAS** para o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à gestão da inovação, ao uso de novas tecnologias, e ao desenho de novas ferramentas e modelos de resolução de disputas; desenvolver modelos, ferramentas e sistemas para fomentar a equidade, acessibilidade e gestão na resolução de disputas, judicial ou extrajudicialmente;

Pesquisar e incubar projetos sobre como novas tecnologias podem estabelecer inovação ética e eficaz no sistema jurídico e nos métodos de resolução de disputas, incentivando pesquisas empíricas e parcerias com o mercado.

Construir parcerias docente-estudantis, para a formação de um time multidisciplinar, cujo foco é inovar o meio jurídico, além de parcerias com outras instituições de ensino, empresas e instituições públicas. O laboratório funcionará no formato horizontal e sistêmico. Será conduzido pelos laboratoristas – selecionados via edital – que atuarão em conjunto com as atividades da graduação, da pós-graduação. Com isso, pretende-se avançar no campo da tecnologia jurídica, contribuindo com a eficiência na gestão e resolução de disputas, com a acessibilidade ao sistema jurídico e com transparência e ética no desenho de novas ferramentas e *expert systems*.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Alessandra Lignani de Miranda Starling e Albuquerque



Professora de Direito Empresarial da FDV. Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais. Mestre em Direito Empresarial. Advogada atuante na área Empresarial. Mentora de Carreira e *Coach Life and Professional*.

Rhiani Salamon Reis Riani



Professor de Direito Ambiental da FDV. Advogado na área de Desenvolvimento Sustentável Corporativo. Gestor de conflitos. Doutor em Direito Ambiental Internacional. Mestre em Direito Ambiental. Especialista em Mediação e Arbitragem. Especialista em Direito Marítimo e Portuário. Mediador e *CyberMediador* Certificado.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 20 horas

Data de início: 04/08/2023

Dia da semana: sexta-feira (encontros quinzenais)

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 15

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros: perfil @linojus no Instagram.



CCD – ESTADO, DIREITO E AUTORITARISMO NO BRASIL ENTRE 1935-1945

APRESENTAÇÃO:

Os objetivos do curso são conhecer as raízes intelectuais da construção do arcabouço institucional autoritário do Brasil, no período entre 1935-1945, além de realizar uma interpretação crítica das funções político-ideológicas desempenhadas pelo sistema repressivo penal de segurança nacional da época (Lei de Segurança Nacional e Tribunal de Segurança Nacional) e de enfatizar a atuação de juristas da resistência na primeira Era Vargas. A importância da reflexão reside na avaliação crítica das dimensões autoritárias do exercício do poder político e do punitivismo subjacente à criminalização das ideias e das atividades políticas da classe trabalhadora no Brasil (entre 1935-1945), com a conseqüente corrosão de direitos individuais fundamentais e legitimação da imposição e do desenvolvimento de uma estrutura socioeconômica capitalista no país. Ademais, investigar os fundamentos intelectuais e o papel ideológico do sistema de repressão penal ao “crime político” reforça a relevância da memória para a população brasileira, na medida em que nos auxilia a entender a persistência de instituições e práticas autoritárias durante a história republicana do Brasil, inclusive na história recente, as quais inscrevem o conflito político no campo da inimizade e utilizam privilegiadamente o sistema repressivo penal como instância política para administrar as contradições constitutivas da sociedade capitalista periférica. Por fim, cabe chamar a atenção para o fato de que se toda Ditadura conta com juristas propensos a justificá-la, há também importantes operadores do Direito dispostos até a arriscarem suas vidas para atuar contra os abusos e as várias dimensões de violências presentes em uma institucionalidade autoritária.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Adriana de Oliveira Gonzaga Bisi



Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Direito, na área de concentração: Teoria, Sociologia e Filosofia do Direito, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professora de Teoria Geral de Direito na Graduação da FDV.

Wilton Bisi Leonel



Graduado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Direito, na área de concentração: Teoria, Sociologia e Filosofia do Direito, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professor de Filosofia do Direito e de Estado e Constituição na Graduação da FDV. Professor de Criminologia na Pós-Graduação *Lato Sensu* da FDV. Professor de Ciência Política e Teoria do Estado, de Sociologia e de Direito Penal na Universidade Federal Fluminense (UFF).

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 8 horas

Data de início: 04/09/2023

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 09



Direito e
Negócios

CCD - DESIGN E FORMATAÇÃO DE DOCUMENTOS JURÍDICOS

APRESENTAÇÃO:

No contexto do Direito, não há dúvidas de que contar com uma oratória bem desenvolvida é imprescindível. Porém, apesar de a oratória ser de suma importância para o(a) profissional da área jurídica, é necessário que ele(a) possua, além desta valência, uma redação textual assertiva e inteligente, uma vez que a comunicação nessa área se dá, majoritariamente, por meio de documentos.

Dessa forma, o curso tem como finalidade a correta disposição estética das informações para o leitor - seja este o juiz, o cliente ou qualquer pessoa que receberá a comunicação por escrito - eliminando ruídos e demais interferências visuais que possam prejudicar a relação em questão.

A base para a estruturação da disciplina é focada em UX (experiência do usuário), princípios de design e tipografia, bem como na disposição racional do conteúdo nas petições, certidões, manifestações, nos contratos, pareceres jurídicos, entre outros documentos inerentes ao Direito.

O curso, portanto, é destinado a todo profissional - ou futuro(a) profissional - da área jurídica que deseja se destacar no mercado e oferecer uma melhor experiência ao leitor de suas peças, tornando-as mais profissionais, esteticamente equilibradas e, principalmente, persuasivas, a fim de potencializar resultados por meio de alterações visuais em tais documentos.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Elaine da Fonseca Knikkink



Graduação em Letras-português pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999) e Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é professora da Faculdade de Direito de Vitória. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, linguagem jurídica e oratória.

Gabriel Henrique Fabris Petri



Graduando em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória, cursando atualmente o 5º período. Presidente da Empresa Júnior da FDV (EDV Jr) e vice-presidente da Sociedade de Debates (SDFDV). Certificações nas áreas de oratória e inovação jurídica, com experiência em design e formatação de documentos.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 02/10/2023

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 09



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica

CCD - CURSO BÁSICO DE LIBRAS (Módulos I e II)

APRESENTAÇÃO:

A língua de sinais é a segunda língua reconhecida no país, sendo uma língua gesto-visual utilizada pela comunidade surda.

O conhecimento da língua de sinais irá permitir um movimento dialógico entre os pares, surdos e ouvintes, para que ocorra uma efetiva inclusão social e troca de saberes.

O curso proporcionará além de situações comunicativas básicas, o conhecimento sobre a cultura surda, a sua língua e a legislação que os alcançam, abordando o conhecimento das leis concernentes aos direitos das pessoas com deficiência.

Unidades: gramática (pronomes, advérbios, adjetivos, verbos, numerais – ordinais e cardinais–, parâmetros e classificadores; expressões corporais e faciais e exercícios sobre os contextos (cumprimentos, saudação/apresentação, localização, profissões, meios de comunicação, meios de transporte e trabalho, família, transações comerciais e conversação).

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Railda Freitas S. Costalonga



Bacharela em Direito pela Doctum. Bacharela em tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais pela UFES 2022/2. Formação em intérprete forense pela UNB (Projeto Mobilang) 2022.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas (por módulo)

Data de início: 21/08/2023 (módulo I) e 16/10/2023 (módulo II)

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 10



CCD - ADVOCACIA CORPORATIVA

APRESENTAÇÃO:

O que faz o jurídico interno de uma empresa? Por que atualmente o jurídico interno tem papel estratégico dentro da empresa? Quais as principais demandas e dificuldades do *in-house counsel*?

A intenção do curso é proporcionar um panorama sobre o funcionamento do departamento jurídico de uma empresa, visando equipar os alunos com habilidades essenciais para se destacarem no mercado jurídico corporativo. Por um lado, o advogado interno atua em uma rede multidisciplinar, tendo que conhecer bem a atividade e a engrenagem da empresa na busca de respostas assertivas. Por outro lado, há a necessidade de estruturar a gestão do departamento jurídico para operacionalizar essas respostas.

Para tanto, serão trabalhados os conceitos essenciais e os desafios mundo jurídico corporativo, incluindo temas como Governança Corporativa; Contratos empresariais e fluxos de contratação; ESG – *Environmental, Social and Governance*, Proteção de Dados, Compliance, KPI's, Diversidade e Inclusão etc., tanto de um ponto de vista gerencial e preventivo, quanto resolutivo.

Toda a abordagem será efetivada de forma eminentemente prática, incluindo estudos de casos e análise de contratos, visando demonstrar *insights* valiosos sobre as melhores práticas corporativas. O conhecimento da atuação e do fluxo de gestão do departamento jurídico interno será um diferencial para o estudante que deseja iniciar sua carreira no universo corporativo.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Fernanda Miguez



Graduada em Direito pela FDV. Especialista em Direito Público pela FDV. *Master en Derecho de la Empresa* pela Universidad de Alcalá de Henares e CIFF – Centro Internacional de Formación *Financiera* – Madri/Espanha. Mestre em Direito Internacional pela UERJ. Professora de Direito Internacional Público e Privado. Gerente Jurídico do Porto Central. Vice-Presidente Comissão Direito Empresarial da OAB-ES 2020-2021. Presidente da Comissão de Direito Empresarial da OAB/ES 2022-2023.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 16/10/2023

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 15



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica

CCD – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: RAMIFICAÇÕES ÉTICAS E JURÍDICAS

APRESENTAÇÃO:

A inteligência artificial (IA) emergiu como uma das tecnologias mais revolucionárias do nosso tempo, transformando a maneira como vivemos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor. O estudo da inteligência artificial é de suma importância e com consequências diretas para o Direito e para a Ética. Aqui estão algumas razões pelas quais estudar IA é crucial:

i) Tomada de decisão informada: a IA pode analisar grandes quantidades de dados e fornecer insights valiosos para a tomada de decisões. Ao estudar IA, podemos aprender a utilizar algoritmos de aprendizado de máquina e técnicas de análise de dados para obter informações relevantes e embasar decisões mais informadas.

ii) Ética e responsabilidade: com o avanço da IA, questões éticas e de responsabilidade surgem. O estudo da IA nos permite compreender os impactos sociais, legais e éticos dessa tecnologia em constante evolução. As preocupações, assim como os limites do que é uma IA, serão objetos de discussão.

Em resumo, o estudo da inteligência artificial é fundamental compreender essa tecnologia em constante avanço. Além de impulsionar a inovação e abrir portas para carreiras promissoras, o conhecimento em IA nos permite melhorar a eficiência, tomar decisões mais embasadas e agir de maneira ética e responsável. Por outro lado, há a preocupação do lugar do ser humano nessa nova perspectiva. Ao estudar IA, estamos nos preparando para um futuro em que essa tecnologia terá um impacto cada vez maior no mundo.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Alexandre Campaneli Aguiar Maia



Formado em Direito, literatura e filosofia. Mestre em teoria do direito pela PUC-Minas. Doutor em direito pela FDV. Professor da FDV.

Vitor Fontana Zanotelli



Bacharel e mestre em Ciência da Computação, atualmente doutorando em Ciência da Computação e graduando em Estatística pela UFES. Possui interesse em pesquisa nas áreas de Inteligência Artificial, Aprendizado de Máquina, Redes de Computadores, Ciência de Dados, Estatística, Ética e Direitos Humanos. Possui experiência em modelagem matemática, implementação de modelos de aprendizado de máquina, análise e inferência estatística.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 05/09/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 10



Direito e
Negócios

CCD - CONFIGURAÇÃO SOCIETÁRIA PARA NOVOS NEGÓCIOS

APRESENTAÇÃO:

O objetivo do curso é apresentar os instrumentos básicos para a estruturação de novos negócios: tipos societários mais adequados para desenvolver *startups*, incorporações imobiliárias, consórcios entre empresas, *joint ventures* etc. Estudar as distinções mais relevantes entre os dois mais comuns tipos societários no Brasil (Sociedades Limitadas e Sociedades Anônimas), ressaltando a melhor adequação para cada espécie de empreendimento. Examinar diversas formas de integralização de capital e as alternativas mais modernas à integralização em moeda corrente. Distinguir empreendimentos comerciais daqueles sem fins lucrativos, tais como ONGs, associações, institutos, fundações e etc. Distinguir sociedades de serviços/pessoas das sociedades de capital no novo contexto empresarial. O curso também fará incursões ao Direito Comparado, para demonstrar tendências internacionais e a integração comercial entre países. Também serão abordadas as operações de reorganização societária mais frequentes: fusão, cisão e incorporação.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 6º período.

DOCENTE:

Danilo de Araújo Carneiro



Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos. LL.M. in International Business Law – Steinbeis-University Berlin. Especializado em LLMM em Direito Corporativo pelo IBMEC. Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 12/09/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala11



CCD - JUSTIÇA DESPORTIVA

APRESENTAÇÃO:

A Justiça Desportiva é um instituto previsto no artigo 217, § 1º e § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), e regulado pela Lei nº 9.615/1998, e regida pela Resolução CNE nº 29/2009 (Código Brasileiro de Justiça Desportiva). Tendo em vista as circunstâncias específicas do desporto, como necessária celeridade na resolução de conflitos desportivos, a Justiça Desportiva se demonstra um instituto capaz de solucionar estes problemas, impactando positivamente na vida de todos os partícipes do desporto (seja ele profissional, seja ele não-profissional), como atletas, entidades de prática desportiva, entidades que organizam o desporto, torcedores, dirigentes, dentre outros. Em razão destas particularidades, a Justiça Desportiva ganhou um formato diferenciado dos tribunais de justiça ordinários (justiça comum), bem como possui um regramento disciplinar muito específico, o qual necessita ser explorado pelos operadores do Direito que atuam ou pretendem atuar nesta área, conciliando a teoria com a prática, na busca por um aperfeiçoamento profissional daqueles que militam na Justiça Desportiva.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Gabriel de Carvalho Costa



Advogado; Especialista em Direito Individual e Processual do Trabalho pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV); Mestre em Direito Desportivo Internacional pela Universitat de Lleida (Espanha); Presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB/ES; Coordenador do Núcleo Temático de Direito Desportivo da ESA/OAB-ES; Membro da Comissão de Direito Desportivo da OAB/RJ; Pesquisador e Membro do Grupo de Estudos de Direito Desportivo da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEDD-FND/UFRJ); Membro do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD); Membro da Sociedade Brasileira de Direito Desportivo (SBDD); Membro da Comissão Nacional de Direito Desportivo da Associação Brasileira de Advogados (ABA); Auditor do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça Desportiva de Futebol do Estado do Espírito Santo (TJD/ES) e; Auditor do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça Desportiva Unificado do Espírito Santo (TJDU/ES).

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 22/08/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 16



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

CCD - TEORIA E PRÁTICA DA REPRESSÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

APRESENTAÇÃO:

Em uma conversa sobre lavagem de dinheiro serão apresentadas as suas origens e os sistemas de proteção que visam impedi-la.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Guilherme Helmer



Mestre em Direito pelo Centro Universitário Fluminense (2005). Atualmente é Delegado de Polícia Federal.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 4 horas

Data de início: 17/10/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 16



CCD - INOVAÇÃO E PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

APRESENTAÇÃO:

A inovação é definida como a aplicação de ideias criativas dentro de uma organização, em que os recursos para atividades inovadoras são incorporados não apenas nas competências dos indivíduos, mas também nos processos organizacionais. (MIRANDA; FIGUEIREDO, 2011)

Dominar os conceitos de inovação é fundamental para os estudantes de Direito, dado que eles permitem que seus futuros operadores compreendam e atendam às demandas do mercado, oferecendo soluções jurídicas para promover a inovação nas empresas.

Conforme os termos do Manual de Oslo (OECD, 2018), inovação é a implementação de um produto, serviço ou processo novo ou melhorado significativamente nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. Desse modo, considerando os avanços inovativos nos empreendimentos, bem como a introdução de novas tecnologias no dia a dia dos negócios, conhecer esse campo de estudo é importante para os estudantes de Direito que pretendam militar no campo dos negócios.

Ademais, considerando que da inovação nascem ativos intelectuais (produtos, serviços ou processos), o conhecimento sobre propriedade intelectual e regulamentações relacionadas à proteção da inovação capacita os advogados a auxiliar na preservação dos direitos de seus clientes, na estruturação de parcerias e contratos, bem como no cumprimento das leis e normas pertinentes. Essa expertise também possibilita a atuação em áreas emergentes do Direito, como o Direito Digital e o Direito da Tecnologia, abrindo oportunidades de carreira.

Em resumo, considerando a importância desse conhecimento e tendo em vista que é um saber que pode ser lecionado e aprendido, oferecer ao futuro profissional do Direito esse conhecimento é trivial.

Desse modo, embora a concepção e a criatividade estejam no âmbito dos atores humanos, a inovação deve ocorrer em um contexto organizacional, por meio de um processo contínuo, gerenciável, e não apenas como eventos isolados ou serendipidade, ficando evidente o papel das instituições de ensino na construção de uma cultura de inovação.

Quando tratamos da criação de uma cultura de inovação, existem vários modelos que atestam a importância da interação dos diversos entes da sociedade para o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para a inovação. Um desses modelos é o da Hélice Tripla que surgiu em meados dos anos 1990 e preconiza como modelo, uma metáfora de rede constituída a partir da cooperação entre os três principais atores do processo de inovação: o governo, as empresas e a academia; bem como suas relações em diferentes estágios do processo de geração e disseminação do conhecimento, fornecendo um caminho para melhorar as condições para a inovação na sociedade.

Essa visão posiciona a academia como um importante vetor do desenvolvimento econômico e social, aproximando-a das demandas da sociedade em que está inserida. Desde então, a academia tem convivido com as tensões geradas pelo novo ambiente, envolvendo a sua missão original de ensino, a pesquisa e a terceira missão: o desenvolvimento econômico e social (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF; 2000).

Etzkowitz (2004) cita a criação de incubadoras acadêmicas no Brasil como um importante instrumento para conectar a pesquisa acadêmica às atividades econômicas. A FDV é pioneira nesse aspecto, com a criação do Laboratório de Design e Inovação Jurídica da FDV – LINOjus, e é notório o seu protagonismo na criação de um ambiente de inovação no Espírito Santo. Portanto, a importância de o profissional do Direito dominar a matéria da inovação é fundamental para enfrentar os desafios de um mundo em constante evolução. Independente do setor em que atuam, para esse profissional se destacar no mercado de trabalho, é essencial a compreensão dos princípios e das práticas da inovação. Dominar essa área do conhecimento permite ao profissional identificar oportunidades, desenvolver soluções criativas e aplicar estratégias inovadoras para impulsionar o crescimento e a sustentabilidade das empresas.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Francisco José Casarim Rapchan



Graduação em Engenharia da Computação (UFES, 1997), Mestrado em Informática (UFES, 2002) e Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação (INPI, 2019). Atualmente, é Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES. Tem experiência nas áreas de Sistemas de Informação, Propriedade Intelectual e Inovação, atuando principalmente nos temas: Gestão de Habitats de Inovação, Gestão da Inovação, Propriedade Intelectual e Engenharia de Software.

Gustavo Martins Tavares



Graduação em Direito (FDV, 2021), aluno do mestrado profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação no Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, também foi aluno do curso de ciências econômicas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, 2020). Atualmente é advogado e atua como analista de inovação no Polo de Inovação da Serra - InovaSerra, é também Supervisor de Pesquisa no Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde, é também membro especial da Comissão Especial de Direito Cultural e Propriedade Intelectual da OAB/ES e

membro do Laboratório de Design e Inovação Jurídica da FDV (LINOjus).

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 20 horas

Data de início: 22/08/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 17h às 18h40

Local: sala 16



Direito e
Negócios

CCD - ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: COMO A ECONOMIA PODE CONTRIBUIR PARA O PENSAMENTO JURÍDICO

APRESENTAÇÃO:

A análise econômica do direito (AED) é uma linha de pensamento que tem como objetivo aplicar determinados conceitos econômicos na área jurídica. Partindo da premissa de que todas as decisões humanas possuem um fundamento racional, a AED busca expandir a compreensão e o alcance do Direito, tanto na elaboração de normas jurídicas, quanto nos resultados de sua aplicação na sociedade, considerando o comportamento adotado pelos agentes econômicos.

O que leva as companhias aéreas a aguardarem uma condenação judicial em caso de atraso de voo e não pagar espontaneamente o valor devido? Será que a exigência pela troca de tomadas para três pinos foi, de fato, a decisão mais eficiente para a sociedade, considerando todos os custos envolvidos? Em que medida a lentidão do Poder Judiciário influencia a fixação da taxa de juros no Brasil?

Essas e diversas outras perguntas podem ser respondidas pelas AED, metodologias cada vez mais aplicadas pelos operadores do Direito, desde o Supremo Tribunal Federal, passando pelos legisladores e até mesmo advogados, que buscam apresentar argumentos econômicos em suas demandas jurídicas.

O curso “Análise Econômica do Direito” irá apresentar aos alunos a aplicação das teorias econômicas, por meio da compreensão do impacto econômico em diversos ramos do Direito, como nas relações contratuais, na responsabilidade civil, na propriedade privada, nos litígios e a relação com o Poder Judiciário etc.

No final do curso, os alunos terão compreendido os princípios básicos da economia comportamental e como relacioná-los na compreensão das normas jurídicas, possibilitando que estejam aptos para interpretar e relacionar as legislações e a doutrina com a realidade social.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

João Leandro Pereira Chaves



Advogado atuante nas áreas de consultivo e contencioso empresarial. Mestre em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Direito Corporativo (LLM) pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Rio de Janeiro (IBMEC/RJ). Autor do livro “Crise Societária: Mecanismos Legais e Contratuais de Enfrentamento”, pela editora Quartier Latin. Autor de diversos artigos

acadêmicos (i.e., “A governança na sociedade em recuperação judicial: uma análise empírica da implementação de rearranjos como meio de recuperação”, “A Aplicação de Smart Contracts nos Contratos de Derivativos”, “Algumas questões práticas decorrentes do conflito de interesses de administradores de sociedades anônimas de capital aberto”, “A competência compartilhada na análise de aspectos concorrenciais de instituições financeiras e o acesso ao crédito no Brasil”). Professor assistente na PUC/SP.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 05/09/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 13



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica

CCD - A PROPRIEDADE INTELECTUAL E O MERCADO

APRESENTAÇÃO:

Promover ao aluno o conhecimento do fundamento do direito da propriedade intelectual, em seus múltiplos aspectos, dotando os acadêmicos dos instrumentos jurídicos para a compreensão da disciplina e permitindo, no futuro, eventual aprofundamento da matéria para os interessados.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Juliana Costa Zaganelli



Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Cursou um período da Faculdade de Direito pela Universidad Castilla La-Mancha (Cuenca, Espanha) após ingressar por meio de um convênio bilateral estabelecido entre a FDV e a UCLM (Agosto de 2011/Janeiro de 2012). Estudou Direito Internacional Privado pela The Hague Academy of International Law, participando do "Doctoral Networking Sessions". É membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética. Publicou, em conjunto com as Doutoradas Elda Bussinguer e Lígia Bahia, a obra Organizações Sociais de Saúde e a Lei de Acesso à Informação - Transparência, Economicidade e Eficiência.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 17/10/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 13



CCD – CULTURA, LITERATURA E DIREITO

APRESENTAÇÃO:

A relação entre direito e literatura é complexa e multifacetada. Embora sejam campos de estudo distintos, existem várias interseções entre eles que podem ser exploradas. A literatura pode desempenhar um papel importante no estudo e na prática do direito de várias maneiras. Em resumo, o estudo da literatura pode proporcionar aos profissionais do direito uma experiência humanista, uma compreensão mais profunda da condição humana, habilidades analíticas e uma melhoria na comunicação escrita. Tudo isso contribui para uma abordagem mais rica e informada do direito, permitindo que os juristas atuem com maior sensibilidade, empatia e eficácia.

A obra analisada neste curso é “Quarto de despejo” da autora brasileira Carolina Maria de Jesus. Tal escolha se deu por seu viés social e por sua importância e representatividade na literatura brasileira.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Alexandre Campaneli Aguiar Maia



Formado em Direito, Literatura e Filosofia. Mestre em Teoria do Direito pela PUC-Minas. Doutor em direito pela FDV. Professor da FDV.

Elaine da Fonseca Knikkink



Graduação em Letras-português pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999) e mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é professora da Faculdade de Direito de Vitória. Tem experiência na área de Letras, com

ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, linguagem jurídica e oratória.

Júlia Bragatto Grobério



Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória, cursa nova Graduação em Letras - Português, na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e é mestranda em Letras, área Literatura, pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Datas: 06, 13 e 20/09/2023; 18 e 25/10

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 09h40 às 11h20

Local: sala 23



CCD – REFORMA TRIBUTÁRIA: PARA ONDE VAMOS?

APRESENTAÇÃO:

O Sistema Tributário brasileiro é frequentemente alvo de críticas, por ser considerado extremamente complexo (um dos mais complexos do mundo) e injusto, de modo que, há muito, a sociedade e a academia clamam por uma reforma tributária. Finalmente, em julho de 2023, uma PEC que propõe importante reforma da tributação pátria foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Diante disso, ficam as indagações: o Sistema Tributário atual é realmente complexo e injusto? Quais as razões dessas complexidades e injustiças? O que deve mudar com a reforma em andamento? A proposta aprovada pela Câmara dos Deputados é satisfatória?

Essas são algumas das questões que gravitam em torno do tema “reforma tributária”. Desse modo, esclarecer as razões da reforma tributária e proceder a uma análise crítica da PEC aprovada pela Câmara dos Deputados são os objetivos centrais deste curso de curta duração. Para tanto, esta atividade visa, primeiramente, a apresentar as supostas deficiências do sistema tributário pátrio, que tornariam imperativa a sua reforma. Na sequência, discutir-se-ão as principais mudanças propostas pela PEC, a fim de, a partir de uma avaliação crítica, verificar se tais modificações realmente contribuirão para a melhoria da tributação brasileira sobre o consumo.

Trata-se de atividade de cunho integrador, uma vez que envolve múltiplas disciplinas jurídicas, notadamente o Direito Tributário e o Direito Constitucional, bem como a Ciência Econômica, porquanto muitas das informações necessárias para que se compreendam as questões aqui colocadas são proporcionadas pela Economia.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Karoline Marchiori de Assis



Professora na Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Doutora em Direito pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), tendo sido aprovada com nota *summa cum laude*. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da

Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP).

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 8h

Data de início: 24/08/2023

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 14



Direito e
Negócios

CCD - CORPORATE AND TRADEMARK LAW

APRESENTAÇÃO:

A proposta principal do curso é o aperfeiçoamento do inglês jurídico e a compreensão do Direito Empresarial nos países de Língua Inglesa, principalmente os EUA.

A proposta é necessária para aprimorar habilidades no inglês jurídico no contexto do Direito Corporativo e das marcas. O programa é adaptado para fornecer uma compreensão abrangente dos princípios jurídicos que regem transações empresariais, contratos e estruturas corporativas e contratos de licenciamento de marcas no mundo da Língua Inglesa, passando por questões importantes como as orientações na complexidade da terminologia jurídica, conceitos do *common law* e práticas empresariais internacionais.

Também serão trabalhados com os alunos documentos jurídicos empresariais reais e estudos de casos em inglês, para que possam aprender, com mais fluência, a negociar contratos e a orientar eventuais clientes em assuntos jurídicos complexos.

O curso abrangerá uma ampla variedade de tópicos, incluindo formação de empresas, propriedade intelectual, contratos e termos jurídicos utilizados em negociações e no Direito Empresarial consultivo. Será feito um panorama dos termos mais utilizados, de forma a aperfeiçoar o inglês jurídico do aluno que possui interesse pelo Direito Empresarial.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período, para alunos fluentes em inglês.

DOCENTE:

Loreny Sofiatti Nunes Brum



Advogada e Empresária. Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos - MG (2012). Possui graduação em Direito pela Faculdades de Direito de Vitória (2009). Pós-graduada em Direito Processual Civil (2011) pela instituição Faculdades Integradas de Vitória - FDV. Pós-graduada em Direito Tributário pelo IBET - Instituto Brasileiro. Sócia na Cooltiva Fazenda Urbana.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 24/08/2023

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 11



Carreiras e
Políticas
Públicas

CCD - ALIENAÇÃO PARENTAL E FALSA DENÚNCIA DE ABUSO SEXUAL: O DESAFIO DO ESTADO DE PROTEGER OS FILHOS/VÍTIMAS

APRESENTAÇÃO:

A atividade se propõe a abordar o fenômeno da Alienação Parental e da falsa denúncia de abuso sexual, como fenômenos de difícil identificação, que tem ocorrido cada vez com mais frequência em nossa sociedade, levando a destruição de muitas famílias e gerando uma série de consequências psicológicas e jurídicas para os envolvidos. Diante deste cenário, é imprescindível abordar o fenômeno da alienação parental buscando os elementos psicológicos, sociais e jurídicos que se encontram presentes na configuração desta prática, da qual decorre, inclusive, as falsas denúncias de abuso sexual.

É preciso entender o que configura o fenômeno da alienação parental e sua síndrome, diferenciando parentalidade de conjugalidade, em busca de identificar os fatores que impulsionam a alienação parental nas relações familiares, chegando ao ponto de culminar em falsas denúncias de abuso sexual. Nesta busca, faz-se imprescindível conhecer e compreender as razões legais e sociais presentes nas decisões judiciais de magistrados e dos tribunais superiores, bem como, escutar outros profissionais (policiais, delegados, psicólogos, assistentes sociais etc.) envolvidos na condução dos casos que chegam até o Sistema de Justiça.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Paula Ferraço Fittipaldi



Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (Faculdade de Direito de Vitória). Professora de Direito das Famílias e Direito das Sucessões da FDV. Professora do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Direito das Famílias e das Sucessões da FDV

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 24/08/2023

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 15



Carreiras e
Políticas
Públicas



Carreira
Acadêmica

CCD – ESTADO DE DIREITO, NOVAS TECNOLOGIAS E OS LIMITES DA DEMOCRACIA

APRESENTAÇÃO:

O curso proposto pretende enfrentar a dinâmica que envolve a fórmula moderna do Estado Constitucional confrontada com a diluição das fronteiras territoriais características da modernidade estatal, bem como as condições de manutenção da fórmula Estado de Direito diante dos desafios e transformações impostos pelas novas tecnologias, em especial o big data, a inteligência artificial, a internet das coisas e a Revolução 4.0, com foco especial nas condições para o funcionamento das democracias representativas confrontada com o uso das NTICs para impactar na vontade do eleitor, bem como dissipar discursos de desinformação, ódio, etc.

Assim, objetiva-se, de um lado, entender o funcionamento das instituições político-jurídicas modernas em um ambiente marcado pela transformação digital e, de outro, tratar de verificar os impactos produzidos nos processos democráticos, sejam os eleitorais, para escolha de representantes, sejam decisórios no âmbito das funções públicas, sejam, ainda, no exercício dos mandatos conferidos aos agentes políticos.

A proposta se justifica e tem sua importância verificada com o conhecimento coletivo de situações que têm sido noticiadas e enfrentadas pelas instituições, em especial as “de garantia”, buscando gerir os conflitos daí decorrentes, como, exemplificativamente, a atuação do Sistema de Justiça Eleitoral brasileiro nos últimos processos eleitorais no Brasil, a partir de dados colhidos pela Missão de Observação Eleitoral coordenada pelo ministrante.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

José Luis Bolzan de Moraes



Mestre em Ciências Jurídicas (PUC-Rio) e Doutor em Direito (UFSC/Université de Montpellier I -FR); Professor PPGD FDV; Pesquisador Produtividade CNPQ, nível I-D; Coordenador GEPE&C e REPE&C; Diretor CYBERLEVIATHAN – Observatório do Mundo em Rede; Procurador do Estado do Rio Grande do Sul (aposentado); Advogado. Coordenador da Missão de Observação Eleitoral – MOE/TSE/FDV – nas eleições de 2022. Autor de diversos livros e artigos científicos na área.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: a definir

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 17h às 18h40

Local: a definir



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica

OFICINA – DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES ESSENCIAIS PARA CARREIRA

APRESENTAÇÃO:

A oficina visa o aperfeiçoamento das principais soft skills elencadas no relatório do Fórum Econômico Mundial e que são necessárias para o mercado de trabalho atual e futuro.

O objetivo é auxiliar os alunos para serem protagonistas de suas carreiras munindo-os de habilidades socioemocionais imprescindíveis à vida pessoal, acadêmica e profissional.

Serão apresentadas neste módulo as oficinas:

- a) Autoconhecimento
- b) Inteligência Emocional
- c) Gestão do Tempo
- d) Comunicação
- e) Fechamento

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Elaine Avelar Malagoli Paulino



Advogada, Professora universitária com mais de 18 anos de experiência, Pós-Graduada em Direito Público e em Neurociência pela PUC/RS, Analista de Perfil Comportamental, *Practitioner* em Programação Neurolinguística e Neuro-Semântica, Treinadora Comportamental pelo IFT/SP.

Flavia Vicente Freitas



Formada em Administração, Direito, MBA em Gestão Empresarial pela FGV, Pós-Graduada em Psicopedagogia, *Practitioner* em Programação Neurolinguística e Neuro-Semântica, Hipnose, Treinadora Comportamental pelo IFT/SP.

Rosimeri Morelato

Formada em Administração, Direito, MBA em Gestão Empresarial pela FGV, Pós-Graduada em Psicopedagogia, *Practitioner* em Programação Neurolinguística e Neuro-Semântica, Hipnose, Treinadora Comportamental pelo IFT/SP.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 18 horas

Data de início: 21/08/2023

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 11



Direito e
Negócios

OFICINA - PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: FERRAMENTAS E ESTRATÉGIAS

APRESENTAÇÃO:

O curso abordará a importância de estruturar a sucessão e a maneira adequada de realizá-la, perpassando pelas vantagens do planejamento da sucessão, bem como dos problemas que podem ser evitados nestes contextos.

O mercado do planejamento sucessório vem crescendo, pois, as pessoas se conscientizaram da sua importância (seja pela possibilidade de economia, para evitar conflitos entre os herdeiros ou para garantir a continuidade da empresa familiar).

Com isso, surge também a necessidade de estudo e capacitação nessa área - e essa é a proposta do curso. Misturando diferentes matérias do Direito (família, contratos, empresarial, tributário etc.), no primeiro momento, o estudo será sobre os limites de meação e legítima, regimes de bens de casamento, inventário, e demais assuntos de base para o aprofundamento no tema.

Em seguida, passaremos à análise das diferentes ferramentas para estruturação da organização patrimonial e planejamento sucessório: holding, doação, testamento, pacto antenupcial, seguro de vida, previdência privada etc. Vamos discutir as particularidades e casos de aplicação de cada uma dessas ferramentas; os impactos tributários; e o posicionamento dos Tribunais em relação a aspectos polêmicos.

Por fim, o objetivo desse curso é que o aluno conheça e aprofunde em uma nova área do Direito, que possui crescente demanda.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 6º período.

DOCENTE:

Maria Luiza Fontenelle



Graduada pela FDV, pós-graduada em Família e Sucessões pela FDV, pós-graduada em Processo Civil pela FDV, pós-graduanda em Direito Empresarial pela FGV. Membro da Comissão de Família e Sucessões OAB/ES e membro da Comissão de Direito Empresarial OAB/ES.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 21/08/2023

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 16



Carreiras e
Políticas
Públicas

OFICINA – A CARREIRA POLÍTICA PARA O PROFISSIONAL DO DIREITO E A ORATÓRIA DE CONVENCIMENTO

APRESENTAÇÃO:

Ao profissional do Direito são oportunizadas diversas áreas de atuação, dentre elas, a carreira política. Nem sempre estes estudantes visam esta carreira e, aqueles que nutrem tal interesse, desconhecem, muitas vezes, a vivência e a experiência necessárias para a atuação neste nicho. Esse curso tem o intuito de apresentar a realidade de um profissional da área política, sendo ele um gestor público ou com mandato eletivo e, em conjunto, falar sobre os seus desafios. Considerando que não há como desvincular a política da oratória, sendo esta, uma competência que precisa ser potencializada, e que a forma de se expressar e colocar em prática uma ideia é crucial, a oratória é, sem dúvidas, uma das principais e mais visadas habilidades no mercado de trabalho, principalmente no âmbito do poder público. Para além disso, técnicas de oratória e o diálogo são muito úteis em situações familiares e do cotidiano. Desta maneira, com exemplos práticos, simulações e estudos de casos, será possível ensinar algumas ferramentas que propiciarão aos participantes desse curso um conhecimento prático, técnico e profissional da carreira política.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Aylton Trancoso Dadalto



Advogado (FDV), Pós-graduação em Gestão Pública (FDV), Pós-graduação em Direito Público (Faculdade Cers). Foi Gerente de Parcerias Público-Privadas na Prefeitura de Vitória entre julho de 2021 – junho de 2022. Atualmente é Presidente do Conselho Municipal de Segurança Urbana do Município de Vitória-ES e Assessor Adjunto na Secretaria de Governo na Prefeitura Municipal de Vitória. Foi Diretor Jurídico do Clube Alvares Cabral por 6 anos, Presidente da Federação de Tênis do Estado do Espírito Santo e Vice-Presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto por 3 anos. Coordenação de diversos projetos políticos e prestação de serviço para campanhas em diferentes setores da sociedade.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Data de início: 22/08/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 14



Carreiras e
Políticas
Públicas

OFICINA - A ATUAÇÃO DOS AGENTES PENAIS NO TRIBUNAL DO JÚRI

APRESENTAÇÃO:

O Tribunal do Júri, órgão com competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, ainda suscita muitas indagações sobre a atuação dos agentes penais nele envolvidos, especialmente, os que exercem a acusação e a defesa.

Por fazer parte do dia a dia de muitos dos operadores que atuam na área criminal, o debate sobre temas relacionados ao Tribunal do Júri, notadamente aqueles pertinentes à argumentação persuasiva tão presente nas sessões de julgamento, merece ser constantemente realizado.

Com isso, a oficina tem por objetivo apresentar uma visão geral sobre o instituto do Tribunal do Júri, abordando seu procedimento, seus princípios e alguns simbolismos nele existentes e, a partir da análise de ações penais e/ou de casos reais e/ou hipotéticos envolvendo crimes dolosos contra a vida, habilitar o aluno ao exercício prático, por meio da simulação da atuação em sessões de julgamento, a partir do debate e da resolução desses processos e/ou casos estudados.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Felipe Schwan



Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV, Professor de Direito Penal da Graduação e da Pós-Graduação da FDV, Assessor Jurídico no Ministério Público Estadual.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 14 horas

Datas dos encontros: 23/08/2023

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 14



OFICINA - ADVOCACIA PRÁTICA

APRESENTAÇÃO:

Criada em 2012, a ASA mantém um escritório compartilhado de alto padrão, na Enseada do Suá, com recepção, estações de trabalho e salas de reunião equipadas e ambientadas para você receber os clientes mais exigentes e desempenhar todas as funções da advocacia.

E não é só a estrutura de ponta que se compartilha na ASA. A troca de experiências entre os membros e o apoio dos profissionais com mais tempo de mercado aos mais jovens fazem parte dos princípios da Associação.

O objetivo do curso é propiciar ao aluno, advogado ou futuro advogado os conhecimentos básicos para gestão da sua carreira, através de posicionamento no mercado, interface com cliente, gestão financeira e administrativa da sua atividade.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Ana Caroline Rangel Pinheiro



Advogada e Professora de Direito na área de Ciências Criminais. Coordenadora Adjunta do IBCCRIM ES. Diretora da Associação de Egressos da FDV. Membro do Núcleo de Estudos Penais OAB/ES. É formada pela FDV e especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Ciências e Políticas Criminais.

Alessandra Cynthia Barbosa



Advogada Sócia do escritório Oliveira e Barbosa Advogados Associados, especialista em Direito do Trabalho, com mais de 10 anos de atuação em casos estratégicos e mediações. É graduada pela FDV. Sua pós-graduação, também pela FDV, foi em Processo Civil. Ainda, fez aperfeiçoamento em recuperação judicial e falências pela FGV. Hoje aplica sua experiência na supervisão e atuação de Processos Coletivos. Assessoria a Empresas na tomada de decisões

Trabalhistas/Empresariais, medindo possíveis passivos e mensurando riscos. Consultoria e assessoria jurídica em conjunto com a Contabilidade e Recursos Humanos das Empresas.

Supervisão e atuação em processos nas áreas industriais, portuárias, da saúde e da construção civil. Consultoria jurídica em mapeamento de Riscos Trabalhistas.

Christiane Torres Azeredo



Assessora há 8 anos no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV, Especialista em Direito Processual Civil pela FDV. Mediadora e Conciliadora Judicial pelo TJES/CNJ e Mediadora Privada pela Equilibre/TJRJ/CNJ. Atualmente, além de exercer a função de assessora de juiz, também promove cursos, palestras e workshop em empresas para capacitação em oratória, comunicação, técnicas de negociação e resolução de conflitos.

Daniel Cheida



Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/MG. Mestrando em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo. Advogado e sócio da Cheida, Seixas & Craus Advogados Associados e membro da Comissão de Gestão de escritório da OAB/ES.

David Metzker



Advogado criminalista e Professor Universitário, MBA em Gestão, empreendedorismo e Marketing pela PUC/RS. Especialização em Processo Penal e Direito Penal Econômico pelo Instituto de Direito Penal Econômico Europeu/Coimbra em parceria com IBCCRIM e Prática Penal Avançada pela Damásio. Coordenador Estadual do IBCCRIM/ES gestão 2021/2022. Diretor Acadêmico da ABRACRIM/ES gestão 2020/2022. Autor dos livros "Habeas Corpus na Prática e Jurisprudência Criminal" e "Lei Anticrime Comentada".

Elaisa Bagatelli



Administradora legal, CFO e CHRM da Fass Advogados, Consultora em Gestão Legal pela Verta, especialista em Gestão da Qualidade e Produtividade pelo IEL-Fucape, especialista em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV, com mais de 18 anos de atuação na gestão de grandes escritórios de advocacia. É formada pelo Dale Carnegie Institute em Gestão, Liderança, coordena grandes equipes e ajuda seus clientes a alcançarem objetivos financeiros, de governança, cultura e liderança. Seu propósito é elevar a gestão dos escritórios de advocacia e fazer diferença na vida das pessoas.

Giovanna Mazzelli



Sócia da Mazzelli & Noronha Advogados Associados, Associada Fundadora e Diretora Administrativa da Associação dos Advogados Egressos da FDV-Faculdade de Direito de Vitória, especialista em Processo Civil pela FDV-ES e Direito das Famílias e Sucessões pela Escola Superior de Advocacia em convênio com a VRB-RJ, com atuação efetiva há mais de 18 anos nas áreas do Direito das Famílias / Sucessões e Direito Imobiliário.

Gustavo Fonseca



Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/MG. Mestrando em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo. Advogado e sócio da Cheida, Seixas & Craus Advogados Associados e membro da Comissão de Gestão de escritório da OAB/ES.

Maurilio Vasconcelos



Graduado pela FDV. Especialista em Direito Digital pela ITS/UERJ. Advogado atuante há 09 anos nas áreas de direito criminal e cível. Atua ainda em direito do consumidor e propriedade industrial. É Vice-presidente da Associação de Advogados Egressos da FDV.

Priscila Hyppolito



Sócia da Hyppolito Advogados, Associada e tesoureira da Associação dos Advogados da FDV – Faculdade de Direito de Vitória, faculdade na qual concluiu sua graduação em Direito, especialista em Direito Tributário pela FGV-Rio, com mais de 15 anos de atuação efetiva na área.

Ramon Mesquita Garcia



Advogado sócio do Mesquita Jacobsen Advogados Associados, Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória. Sócio administrador da Imobiliária Nosso Lar Imóveis, com mais de 10 anos de experiência na área do Direito Imobiliário com ênfase em contratos e Direito de Família.

Roberto Pechinho



Formado pela FDV, Pós-Graduado em Direito Civil pela PUC Minas e em Direito Processual Civil pela Escola da Magistratura do Espírito Santo. Desde 2014 é assessor jurídico no TJES e atua como mediador judicial pelo TJES e pelo CNJ desde 2019. Atualmente, compõe o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJES, com ênfase em lides familiares e sucessórias.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 20 horas

Data de início: 23/08/2023

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 17h às 18h40

Local: sala 12



Direito e
Negócios

OFICINA - ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS CÍVEIS

APRESENTAÇÃO:

A oficina possui como principal objetivo auxiliar os alunos que irão realizar a segunda fase do Exame da Ordem e aqueles que pretendem advogar na área cível, analisando aspectos fundamentais para a elaboração das peças prático-profissionais e a resolução de questões discursivas de forma prática e fácil. Além de destacar os principais temas referentes ao Direito material e processual Civil, o curso abordará questões técnicas de identificação e de estruturação de peças profissionais, súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 4º período.

DOCENTE:

Flaviana Röpke da Silva



Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, especialista em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito de Vitória, tendo-se graduado em Direito também pela Faculdade de Direito de Vitória- FDV. Atuou, na FDV, como professora assistente na disciplina de Prática Simulada Cível entre os anos de 2014 e 2022. Atualmente, atua como professora de Prática Jurídica Real no Núcleo de Práticas Jurídicas da FDV. É advogada e possui experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 24 horas

Datas dos encontros: 16/08/2023

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 13



Direito e
Negócios

OFICINA - ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS TRABALHISTAS

APRESENTAÇÃO:

A oficina possui como principal objetivo auxiliar os alunos que irão realizar a segunda fase do Exame da Ordem e aqueles que pretendem advogar na área trabalhista, analisando aspectos fundamentais para a elaboração das peças prático-profissionais e a resolução de questões discursivas de forma prática e fácil. Além de destacar os principais temas referentes ao Direito material e processual do Trabalho, o curso abordará questões técnicas de identificação e de estruturação de peças profissionais, súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 4º período.

DOCENTES:

Carolina Bastos de Siqueira



Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (2020), Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (2013), especialista em Direito Empresarial do Trabalho pela Fundação Getúlio Vargas (2009) e graduada em Direito pela Universidade Vila Velha (2001). Atualmente é professora de prática jurídica da Faculdade de Direito de Vitória e advogada. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Material e Processual, Coletivo e Individual do Trabalho. Pesquisas atuais relacionadas à Divisão Sexual do Trabalho.

Lorena Pinto Barboza Santana



Advogada, formada na Faculdade de Direito de Vitória, especialista em Direito e Processo do Trabalho e Professora de Prática Jurídica real no Núcleo de Práticas Jurídicas da FDV. Profissional com mais de 12 anos de atuação na área jurídica voltada ao contencioso de massa e preventivo Trabalhista, à frente do contencioso de grandes, pequenas e microempresas. Possui vasta experiência em demandas Individuais e coletivas, bem como junto ao Ministério Público do Trabalho.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 24 horas

Datas dos encontros: 16/08/2023

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 15



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica

OFICINA - ORATÓRIA: TÉCNICAS PARA FALAR EM PÚBLICO

APRESENTAÇÃO:

Tanto os estudantes quanto os profissionais da área jurídica têm a consciência da importância dos benefícios de uma boa oratória. Isso porque sabem que precisam enfrentar constantemente situações de pressão tais como: apresentar trabalhos, fazer sustentações orais, fazer audiências, isso para citar apenas algumas delas. Sendo assim, não há alternativa: para se sair bem no âmbito acadêmico ou profissional o advogado precisa falar bem. É uma habilidade tão importante que, sem ela, não é possível valorizar tudo o que se aprendeu estudando ou trabalhando. É preciso lembrar ainda que somente por meio de uma oratória eficiente e bem aplicada é possível conseguir persuadir o seu público e, assim, alcançar o seu objetivo.

Dentro desse contexto o curso Oratória: técnicas para falar em público é indicado para estudantes e profissionais que necessitem desenvolver suas habilidades em falar e fazer apresentações em público.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Elaine da Fonseca Knikkink



Graduação em Letras-português pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999) e mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é professora da Faculdade de Direito de Vitória. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, linguagem jurídica e oratória.

Cristina Brum Braga



Graduada pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Especializada em Direito Societário pela FGV. Especializando em Recuperação Judicial, extrajudicial e falência pelo IDBE. Atuante no consultivo e no contencioso da área de Direito Empresarial e Societário.

Rodolfo Silvestre



Graduado pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em Direito Público pela FDV. Foi professor de Direito Tributário em curso de Graduação. Foi membro da Comissão de Sociedades de Advogados da OAB-ES por três triênios (2010 a 2018). Graduando em Arquivologia pela UFES.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 10 horas

Datas dos encontros: 16/08/2023

Dia da semana: quarta-feira

Horário: 7h40 às 11h20

Local: sala 23



Direito e
Negócios



Carreira
Acadêmica

OFICINA – ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS PENAIS

APRESENTAÇÃO:

A oficina possui como principal objetivo auxiliar os alunos que irão realizar a segunda fase do Exame da Ordem e aqueles que pretendem advogar na área penal, analisando aspectos fundamentais para a elaboração das peças prático-profissionais e a resolução de questões discursivas de forma prática e fácil. Além de destacar as principais teses defensivas, o curso abordará as linhas temporais e procedimentais, técnicas de identificação e de estruturação de peças profissionais, súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 5º período.

DOCENTE:

Raphael Boldt de Carvalho



Pós-Doutorado em Criminologia pela Universität Hamburg, com bolsa de estudos concedida pelo DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst). Doutor e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV/ES) com estágio doutoral realizado na Johann Wolfgang-Goethe Universität/Frankfurt am Main. Pesquisador visitante junto ao Instituto para Ciências Criminais e Filosofia do Direito (Institut für Kriminalwissenschaften und Rechtsphilosophie) da Universidade de Frankfurt e ao Instituto Max Planck de História do Direito Europeu (Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte). Professor da FDV. Advogado criminalista.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 6 horas

Datas dos encontros: 18/08, 01 e 22/09/2023

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 17



Direito e
Negócios

CE - ASPECTOS JURÍDICOS EM FUSÕES E AQUISIÇÕES DE EMPRESAS

APRESENTAÇÃO:

A disciplina visa apresentar aos alunos e às alunas os aspectos jurídicos e práticos em processos de fusões e aquisições. Sabemos que o mundo das fusões e aquisições movimentava bilhões de reais todos os anos. E, em todas as operações, advogados exercem papel fundamental garantindo que as operações se deem com transparência e segurança, a partir dos melhores interesses das partes. As habilidades e conhecimentos necessários para atuar neste negócio de milhões de reais, transcendem em muito o conteúdo fundamental e básico estruturado nas disciplinas de Direito Empresarial. Assim, o objetivo é permitir, a partir de um olhar mais profundo em conteúdo e prática, que os alunos e alunas possam experimentar e vivenciar o mundo dos M&A's (fusões e aquisições).

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Ricardo Brum



Formado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos (MG). Especializado em Processo Civil e Direito Civil pela Unesc. Especializado em Direito Tributário e Processo Tributário pelo IBET. Mediador certificado pelo Conselho Nacional de Justiça, com curso avançado em mediação por Harvard Law School (PON). Secretário Geral da OAB-ES, Seccional Espírito Santo de 2016 a 2018. Professor da Faculdade de Direito de Vitória de 2008 a 2014.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 16 horas

Data de início: 28/08/2023

Dia da semana: segunda-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 14



CE - A CARREIRA DIPLOMÁTICA NO BRASIL. AGENTES DIPLOMÁTICOS E CONSULARES. ORGANISMOS INTERNACIONAIS

APRESENTAÇÃO:

O curso pretende introduzir o aluno ao conhecimento da carreira diplomática e consular, analisando os objetivos, direitos e deveres dos agentes diplomáticos e consulares, interpretando a Convenção de Viena Sobre Agentes Diplomáticos de 1961 e a Convenção de Viena Sobre Agentes Consulares de 1963 para poder entender o sistema de imunidades, privilégios, extraterritorialidade assim como a importância de representar o Estado Acreditante ou seu país perante o Estado Acreditado. A importância de concluir negociações internacionais e tratados internacionais. A participação dos Organismos Internacionais nas relações internacionais. Comentar casos práticos do dia a dia do agente diplomático e as suas experiências no cumprimento das suas funções.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Marcelo Fernando Quiroga Obregón



Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória. Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. Especialista em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Coordenador Acadêmico do Curso de Especialização em Direito Marítimo e Portuário da FDV; Professor de Direito Internacional e Direito Marítimo e Portuário da FDV.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 20 horas

Data de início: 22/08/2023

Dia da semana: terça-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 15



CE - PRÁTICAS JURÍDICAS NA ERA DO ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE

APRESENTAÇÃO:

O objetivo principal do curso é aproximar os(as) alunos(as) das demandas reais do mercado, sob a ótica do ESG (*Environmental, Social and Governance*). Para tanto, como desdobramentos específicos, o curso terá como finalidade trazer uma reflexão para os(as) alunos(as) sobre a importância do empreendedorismo na vida, o papel das empresas, a importância e influência das marcas, a dinâmica da estratégia de publicidade, o universo das *startups* e os tipos de negócios existentes no nosso cotidiano.

O Curso de Extensão propõe-se mostrar que uma pessoa formada em Direito, estrategicamente, não deve restringir-se ou limitar-se a ciência jurídica, mas ir além dela, investindo em outras áreas do conhecimento capazes de impulsionar habilidades sociocomportamentais e competências para a nova dinâmica de mercado. O sistema econômico moderno sofreu uma transformação diante das novas exigências e necessidades da sociedade mundial, tanto que se vivencia a ERA do ESG (*Environmental, Social and Governance*). O ESG surge de um novo entendimento da sustentabilidade empresarial, onde as empresas buscam gerar mais impactos positivos na humanidade.

Diante de novos desafios, novos ramos do Direito surgem e o trabalho para com eles, exigem do profissional uma maior dinâmica e criatividade.

É papel de qualquer profissão empreender. O tradicional também precisa acompanhar as vertentes do novo. Por isso, fundamental compreender esta nova dinâmica de mercado para a construção de uma carreira profissional sustentável e inovadora para o enfrentamento dos desafios da vida.

Neste contexto, o curso será realizado em 08 encontros, intercalando com aulas teóricas-expositivas (com foco na participação discente), com atividades práticas, bem como indicação de artigos e livros de apoio para aprofundamento do tema. Além disso, serão convidados profissionais empreendedores das áreas do Direito, *Startups*, Inovação, Marketing e da área do ESG, que irão relatar suas experiências, apresentando os desafios e as escolhas que contribuíram para a formação empreendedora.

Assim, o Curso de Extensão quer demonstrar que o empreendedorismo está intrínseco no dia a dia de qualquer pessoa, inclusive do profissional do Direito, e que existem um universo de ferramentas que servirão de ajuda e guia para nossas escolhas e exercitar as modalidades existentes.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período

DOCENTES:

Alessandra Lignani de Miranda Starling e Albuquerque



Professora de Direito Empresarial da FDV. Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV). Mestre em Direito Empresarial. Advogada atuante na área Empresarial. Mentora de Carreira e *Coach Life and Professional*.

Rhiani Salamon Reis Riani



Professor de Direito Ambiental da FDV. Advogado na área de Desenvolvimento Sustentável Corporativo. Gestor de conflitos. Doutor em Direito Ambiental Internacional. Mestre em Direito Ambiental. Especialista em Mediação e Arbitragem. Especialista em Direito Marítimo e Portuário. Mediador e CyberMediador Certificado.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 12 horas

Data de início: 14/08/2023

Dia da semana: quinta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 10



Carreiras e
Políticas
Públicas

CE - CRISE DOS REFUGIADOS E O CHOQUE CULTURAL COM A SOCIEDADE OU COMUNIDADE DOS PAÍSES RECEPTORES OU “ACOLHEDORES”. (CRISES HUMANITÁRIAS) REFUGIADOS AMBIENTAIS SITUAÇÃO LEGAL DOS APATRIDAS, ASILADOS POLÍTICOS

APRESENTAÇÃO:

Pretendemos discutir e debater os fenômenos que originam as crises de refugiados, a partir de um ponto de vista histórico, político, cultural, religioso, social e econômico, gerando verdadeiras crises humanitárias, acompanhadas de violações de direitos humanos e gerando choque culturais com os países “acolhedores”. Por meio do debate em sala de aula, procurar possíveis soluções à luz dos ordenamentos jurídicos internos e Convenções Internacionais. Diferenciar a situação dos “Refugiados ambientais” vítimas temporárias ou permanentes obrigadas a sair dos seus países por motivações ambientais. Finalmente analisar a situação dos asilados políticos e dos apátridas e a necessidade de proteção legal para que possam ter uma vida digna.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º Período.

DOCENTE:

Marcelo Fernando Quiroga Obregón



Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória. Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. Especialista em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Coordenador Acadêmico do Curso de Especialização em Direito Marítimo e Portuário da FDV; Professor de Direito Internacional e Direito Marítimo e Portuário da FDV.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 20 horas

Data de início: 25/08/2023

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 17h às 18h40

Local: sala 12



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

DE - CRIMES DE TRÂNSITO

APRESENTAÇÃO:

O Código de Trânsito brasileiro expressa em seu conjunto de regras administrativas e penais a preocupação em reduzir o elevado número de acidentes que envolvem veículos automotores em todo o país. Após sua promulgação, por meio da Lei n. 9.503/97, o Código de Trânsito tem sido objeto de diversas revisões e inovações legislativas. Dentre elas está a criação de multas reparatórias e de penas que suspendem ou proíbem a habilitação ou a permissão para dirigir. Também foram inseridos tipos penais, tais como o crime de fuga do local de acidente, a embriaguez ao volante e a participação em competição não autorizada de veículos automotores. Este curso, tem foco exclusivo na análise dos aspectos penais do Código de Trânsito.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

fdvdigital_

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 02/10/2023

Local: *on-line*

Inscrições: www.fdv.digital/inscricoes



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

DE - CRIMES NA INTERNET E AMEAÇAS DIGITAIS

APRESENTAÇÃO:

Crimes contra a honra na Internet; crime de furto e a questão da cópia na Internet; a questão criminal da pornografia infantil na Internet; estelionato vs. furto mediante fraude; crimes contra a propriedade industrial; crimes contra a propriedade intelectual; concorrência desleal na Internet; crimes de falsidade ideológica e falsa identidade; proteção penal do software; competência e jurisdição na Internet; reportagem de incidentes e política de segurança na Internet; legítima defesa na Internet; projetos e reformas recentes do Código Penal; *hacker vs. cracker*: a questão do agente ativo; *deep web* e direito ao anonimato; vitimologia; a questão criminal do ciberterrorismo; *fishing* e engenharia social; spam; vírus de Internet, *worms e trojan horse*; perícia computacional forense: metodologia e práticas; produção e validade jurídica de provas digitais; criptografia e segurança da informação; as inovações legislativas na área penal: lei número 11.419/11 e Lei número 12.682/12.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

fdvdigital_

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 02/10/2023

Local: *on-line*

Inscrições: www.fdv.digital/inscricoes



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

DE - DEONTOLOGIA JURÍDICA

APRESENTAÇÃO:

Deontologia Jurídica é o ramo do conhecimento jurídico que investiga os direitos e deveres dos juristas, assim como seus fundamentos éticos e legais. Além disso, há uma abordagem pragmática: a própria prática profissional do jurista é foco de estudo. O conteúdo do curso também constitui temática obrigatória no Exame da OAB, representando uma quantidade mínima de 8 questões em cada prova. Por isso mesmo, desenvolvemos um curso online que, ao mesmo tempo, dispõe de conteúdo abrangente e necessário à formação ética e à atuação profissional do estudante de Direito, mas também objetivo e prático, de modo que o estudante seja capaz de enfrentar com tranquilidade este tema no Exame de Ordem.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

fdvdigital_

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 02/10/2023

Local: *on-line*

Inscrições: www.fdv.digital/inscricoes



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

DE - DIREITOS AUTORAIS E REGULAÇÃO JURÍDICA DA CRIATIVIDADE

APRESENTAÇÃO:

Direitos autorais: proteção, limitações e plágio; propriedade industrial vs. propriedade intelectual; a questão criminal da pirataria; função social da propriedade intelectual; direito e música: proteção do autor e criatividade; como controlar conteúdo na internet; produção de conteúdo colaborativo e responsabilidade civil; termos de uso e contratos por clique; responsabilidade civil na internet; *tags*, *meta-tags*, *cache* e *framing*; S.O.P.A. e P.I.P.A; a questão da tragédia dos *commons*. A cultura de remix e a indústria cultural no ciberespaço. Proteção jurídica da voz. Música eletrônica e proteção autoral. Estudo de casos de plágio no meio musical.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

fdvdigital_

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 02/10/2023

Local: *on-line*

Inscrições: www.fdv.digital/inscricoes



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

CE - CRIMES HEDIONDOS

APRESENTAÇÃO:

A classificação de um crime como hediondo importa em significativo aumento do rigor da resposta penal que lhe pode ser imposta. A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo quinto, inciso 43 (XLIII), que a lei deverá considerar como crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, assim como o terrorismo e os crimes definidos como hediondos. Já a chamada Lei de Crimes Hediondos, além de definir em rol taxativo os delitos desta natureza, possui regras penais de cunho material e processual, referentes, por exemplo, à determinação do regime inicial de cumprimento de pena e à progressão do regime prisional. Neste curso são analisados os dispositivos que compõem a Lei de Crimes Hediondos, assim como as principais alterações legislativas e decisões judiciais que nortearam a aplicação desta Lei desde sua promulgação na década de 1990.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

fdvdigital_

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 02/10/2023

Local: *on-line*

Inscrições: www.fdv.digital/inscricoes



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

CE - LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

APRESENTAÇÃO:

Neste curso online são explorados tópicos importantes de Teoria Geral do Direito, Direito Civil e Direito Internacional. Dentre os temas abordados estão: os planos de manifestação do ato jurídico, as técnicas de integração normativa, as questões da antinomia normativa, da aplicação da lei no tempo, assim como da obrigatoriedade e da aplicação da normal legal e a aplicação da lei no espaço.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

fdvdigital_

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 02/10/2023

Local: *on-line*

Inscrições: www.fdv.digital/inscricoes



GP - ACESSO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

APRESENTAÇÃO:

Este grupo tem por objetivo principal investigar a questão da efetividade do acesso à Justiça para a realização dos direitos fundamentais sociais dos trabalhadores.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Carlos Henrique Bezerra Leite



Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (1986), Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória-FDV, onde leciona Direitos Humanos Sociais e Metaindividuais. Ex-Professor Associado I do Programa de Graduação em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, onde lecionava Direitos Humanos e Direito Processual do Trabalho. Professor convidado do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da PUC/SP (Cogeae). Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES. Diretor da Escola Judicial do TRT da 17ª Região (biênio 2009/2011). Ex-Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público do Trabalho. Vice-Presidente do TRT da 17ª Região/ES (biênio 2011/2013). Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nas seguintes subáreas: direitos humanos, direitos fundamentais, direitos sociais trabalhistas, direitos metaindividuais, acesso à justiça e direito processual (civil e trabalhista).

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 25/08; 15/09; 29/09; 06/10; 20/10; 27/10; 10/11; 24/11 e 08/12

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 04



GP - AS RETÓRICAS NA HISTÓRIA DAS IDEIAS JURÍDICAS NO BRASIL – CONTINUIDADE E ORIGINALIDADE COMO PROBLEMAS DE UM PENSAMENTO PERIFÉRICO

APRESENTAÇÃO:

Na tentativa de concretizar os pressupostos teóricos do Grupo, a perspectiva retórica clássica e contemporânea é aplicada por meio de dois trinômios conceituais: de um lado, definir tema, problema e tese; de outro, aplicar à história das ideias a divisão clássica da retórica como método material, metodologia estratégica e metódica analítica. Os autores que apoiam a metodologia são Aristóteles, Nietzsche, Ballweg e Adeodato.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

João Maurício Adeodato



Professor da Faculdade de Direito de Vitória, Professor Titular da Faculdade de Direito do Recife (UFPE), Livre-Docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Pesquisador 1-A do CNPq.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 25/08; 15/09;29/09; 06/10; 20/10; 27/10; 10/11; 24/11 e 08/12

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 5



GP - POLÍTICAS JUDICIÁRIAS E DESJUDICIALIZAÇÃO

APRESENTAÇÃO:

Objeto: O grupo de pesquisa Acesso à Justiça, Políticas Judiciais e Desjudicialização contempla a justiça como virtude, fundamento ético de igualdade ou equidade, passível de ser consagrado por vias plurais. Considera o acesso à justiça como o direito fundamental a uma tutela ou prestação com potencial para consagração de uma ordem de valores, direitos e interesses, que pode ser consagrado mediante o percurso de diferentes vias, desde que efetivas – que pacifiquem o conflito –, tempestivas – que produzam resultados em um prazo razoável – e adequadas – que atendam às particularidades do caso concreto.

Versatilidade: As pesquisas realizadas no Grupo podem ser enquadradas nas duas linhas de pesquisa do Programa de Direitos e Garantias Fundamentais da FDV.

Articulação com a linha da Sistema de Justiça e Concretização dos Direitos Fundamentais: É efetivada com a análise crítica e propositiva das causas e efeitos produzidos pelos obstáculos econômicos, organizacionais, processuais, culturais, sociais e psicológicos à efetivação do direito fundamental de acesso à justiça no âmbito do Judiciário. No campo da crítica, investiga as causas da cultura da judicialização, seus elementos estruturantes e os riscos a ela inerentes. No plano contributivo, prestigia a proposição de políticas judiciais comprometidas com a amenização dos múltiplos entraves analisados e a consolidação dos órgãos do Poder Judiciário como Centros Multiportas de gestão adequada de conflitos de interesses.

Articulação com a linha Democracia, Cidadania e Direitos Fundamentais: É estabelecida com o estudo dos limites e possibilidades de utilização de vias alternativas – ao processo judicial – de efetivação do direito fundamental de acesso à justiça no Brasil, para efeito de prevenção e resolução de conflitos de interesses de diferentes naturezas. No rol de vias contempladas, prioriza-se o estudo da mediação, da negociação, da conciliação, da arbitragem e das serventias extrajudiciais. Prestigia a proposição de políticas locais, regionais e nacionais comprometidas com o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento de ações de fomento à desjudicialização.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:



Ricardo Goretti

Possui Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (2016), Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (2008), Especialização em Resolução Alternativas de Disputas pela Universidade de Buenos Aires – Argentina (2008), Especialização em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV (2005), Graduação em Direito pela FDV (2003). Coordenador do Curso de Direito da FDV. Consultor de órgãos públicos e instituições privadas em projetos de negociação, conciliação, mediação.

Tem experiência na área do Direito, com ênfase nos seguintes temas: gestão adequada de conflitos, acesso à justiça, teoria e prática da negociação, conciliação, mediação e arbitragem. Membro do Conselho Superior da Câmara de Mediação e Arbitragem CINDES / FINDES. Advogado.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 25/08; 15/09;29/09; 06/10; 20/10; 27/10; 10/11; 24/11 e 08/12

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 12



GP - ESTADO, DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

APRESENTAÇÃO:

O grupo propõe-se a aprofundar estudos concernentes à justificação e à efetivação dos direitos fundamentais, analisando ainda a sua legitimidade, mediante a correlação entre direito e democracia, em uma abordagem que exorbita o âmbito estatal. Os estudos desenvolvidos pretendem contribuir para a geração de conhecimento que permita enfrentar problemas jurídicos contemporâneos em uma sociedade complexa.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Daury César Fabriz



Possui graduação em Direito pelo Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha (1988), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (1994), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. Foi Chefe do Departamento do Curso de Direito da UFES no biênio 2005/2007. Ex-professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em direitos e garantias fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV)transi. Ex-Professor fundador e colaborador do programa de pós-graduação (mestrado) em direito processual civil da UFES. Professor da disciplina & quot; instituições de direito & quot; do curso a distância de Ciências Contábeis-UFES. Foi reeleito presidente da Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH) para o quadriênio 2009-2013.

Adriano Sant'ana Pedra



É doutor em Direito do Estado (PUC/SP), mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV), mestre em Física Quântica (UFES), especialista em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional de Direitos (Università degli Studi di Pisa), especialista em Economia e Direito do Consumo (Universidad de Castilla-La Mancha), bacharel em Direito (UFES) e bacharel em Física (UFES). É professor permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais da

Faculdade de Direito de Vitória (FDV) (conceito CAPES 4). Professor do Curso de Direito da FDV, professor da Escola da Magistratura do Espírito Santo (EMES), membro da Associação Internacional de Direito Constitucional (IACL) e procurador federal. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional e Direito Administrativo.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 25/08; 15/09;29/09; 06/10; 20/10; 27/10; 10/11; 24/11 e 08/12

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 13



GP - HERMENÊUTICA JURÍDICA E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

APRESENTAÇÃO:

O grupo de pesquisa Hermenêutica Jurídica e Jurisdição Constitucional objetiva contribuir para o fomento de pesquisa, discussão e produção científica em torno de estudos sobre a atuação do Poder Estatal em sua proposta de concretização de direitos fundamentais, focando, especialmente, a atuação da Jurisdição Constitucional, no cenário contemporâneo que envolve fenômenos como a crise do dogma da "separação de Poderes", a "Judicialização da política" e a "politização da justiça", num "mundo globalizado". Além desta proposta, o Grupo também pretende aprofundar e difundir o conhecimento sobre hermenêutica jurídica, incentivando uma postura crítico-reflexiva dos participantes acerca da interpretação e aplicação do Direito a partir e além dos Tribunais. Tudo isso, à luz do atual paradigma constitucional do Estado Democrático de Direito.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTES:

Alexandre de Castro Coura



Possui doutorado (2007) e mestrado (2004) em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professor do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado - da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público e Teoria do Direito. É Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES). Desenvolve e orienta pesquisas relacionadas a direitos e garantias fundamentais, hermenêutica jurídica e jurisdição constitucional.

Américo Bedê Freire Júnior



Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1997), mestrado em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais - Faculdades de Vitória (2004) e doutorado em Direitos Fundamentais - Faculdades de Direito de Vitória (2014). Atualmente é Professor titular do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da - Faculdades de Vitória e Professor da graduação da FDV/ES. Atuando principalmente nos seguintes temas: processo penal, direito constitucional, direito penal, princípios constitucionais processo penal. Ex-Promotor de Justiça/ MA aprovado em 1 lugar, ex-

Procurador da Fazenda Nacional. Juiz Federal Titular em Vitoria /ES aprovado em 1 lugar no 8 concurso do TRF da 2 região.

Cássius Guimarães Chai



Diplomado pela Escola Superior de Guerra: Curso Superior de Defesa e Curso de Política e Estratégia, 2019. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1994), com especialização em Direito e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Cardozo School of Law - Yeshiva University (2006); Visiting Law Professor The Normal University of Political Science and Law of Beijing e de Shanghai; Visiting Researcher and Lecturer Chinese Academy of Social Sciences - International Institute of Law. Visiting Research Scholar Cardozo School of Law, 2003. Estudos Doutorais e de pós.doutorado em Derecho Administrativo de la Sociedad del Conocimiento - Universidad de Salamanca, 2007 a 2010; Estudos pós.doutorais e Visiting Professor, guest of Legal Department of Central European University - Hu, 2007; estudos extraordinários European University Institute - ITA, 2010; estudos na The Hague Academy of International Law - Haia, 2011; Professor Titular da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMPMA); Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão, Curso de Graduação em Direito, área Direito Público, e titular do programa de pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça; Professor Permanente do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória em Direitos e Garantias Fundamentais, tutor da disciplina Geopolítica, Criminologia e Desenvolvimento. Membro-professor da International Association of Constitutional Law; Membro da ESIL - European Society of International Law; Membro da International Association of Political Science e da Association Française de Science Politique; International Association of Penal Law; Law and Society Association. Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão - concurso de 1995; e, membro da International Association of Prosecutors, 2003. Tem experiência na área de Direito e das Ciências Políticas, com ênfase em Direito Público: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo, Direito de Família e Teoria do Direito e da Constituição, atuando principalmente nos seguintes temas: controle da administração pública, papel socioinstitucional do Ministério Público e políticas públicas; controle de constitucionalidade e processo constitucional; Saúde Pública e Direitos Humanos; Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos, Combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas; Justiça Global e Prevenção ao Crime: Contra-terrorismo; Criminalidade Organizada e Corrupção; Geopolítica, Criminologia e Desenvolvimento.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 25/08; 15/09;29/09; 06/10; 20/10; 27/10; 10/11; 24/11 e 08/12

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 11



GP - POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITO À SAÚDE E BIOÉTICA - BIOGEPE

APRESENTAÇÃO:

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2012 e, desde então, tem se dedicado ao estabelecimento das bases teóricas necessárias para a qualificação do debate e da análise dos problemas que envolvem sua temática. O BIOGEPE promove uma aproximação teórica entre os três eixos de pesquisa que o sustenta, concretizando projetos científicos pautados na interdisciplinaridade do Direito à Saúde, novo ramo jurídico ainda não incorporado ao ensino jurídico brasileiro, e da Bioética, ciência emergente que desde muito cedo deixou de se preocupar exclusivamente com os conflitos morais de natureza individual, ligados à ética biomédica, passando a abranger como objeto o enfrentamento ético de temas socialmente relevantes tais como a exclusão social, a equidade e universalidade no atendimento à saúde, etc. Além disso, certamente, dentre as fontes do Direito Sanitário no Brasil destacam-se os movimentos sociais em prol da democratização do Estado de Direito, nos anos 80, bem como o desenvolvimento multidisciplinar deste ramo no âmbito do Direito e das Políticas Públicas. Assim, o grupo promove um aprofundamento teórico na compreensão do Direito à saúde e suas interfaces com a política, com a economia, com a ética e com a justiça, em seus múltiplos e derivados sentidos e aplicações.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer



Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO- 1991). Doutora em Bioética pela UnB, Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV-2008). Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-1988). Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV-2002). Graduada em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES-1979). Professora Associada aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora de Pesquisa da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professora do programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV (Mestrado e Doutorado).

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 25/08; 15/09;29/09; 06/10; 20/10; 27/10; 10/11; 24/11 e 08/12

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: miniauditório



GP - INVISIBILIDADE SOCIAL E ENERGIAS EMANCIPATÓRIAS EM DIREITOS HUMANOS

APRESENTAÇÃO:

A invisibilidade social é um fenômeno que se caracteriza pela desconsideração do indivíduo ou de grupos como sujeitos de direitos, ficando à margem da sociedade e distantes das políticas públicas necessárias a uma vida digna. O texto constitucional de 1988 incorporou inúmeros direitos relativos a tais grupos em seu texto. No entanto, as normas instituidoras de Direitos e Garantias Constitucionais não podem ser estudadas sem a análise mais ampla do contexto de lutas sociais que contribuíram para a sua previsão e das tensões ainda presentes. Muitas experiências estão sendo desenvolvidas em vários espaços sociais, constituindo-se em verdadeiras energias emancipatórias, então torná-las credíveis e passíveis de análise e diálogo poderá potencializar avanços na efetivação dos direitos fundamentais.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Gilsilene Passon Francischetto



Life Coaching Pela Sociedade Latino-Americana de Coaching-SLAC, Practitioner em Programação Neurolinguística pelo Instituto de Desenvolvimento Pessoal-INDESP, Master em Programação Neurolinguística pelo Instituto de Desenvolvimento Pessoal- INDESP, Formação em imunidade à mudança pelo Professional Dertified Coach International Coach Federation, Formação em Meditação Transcendental pela Associação Internacional de Meditação-SIM. Pós-doutora em Ciências Sociais pela

Universidade de Coimbra-Portugal, Doutora em Direito - Universidade Gama Filho, Mestre em Direito - Universidade Federal de Santa Catarina, Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes, Especialista em Justiça Constitucional e Direitos Humanos pela Universidade Castilla La-Mancha-Espanha, Graduação em Direito - Universidade Federal do Espírito Santo, Graduação em Pedagogia - Universidade Norte do Paraná, Professora e pesquisadora na graduação, Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito de Vitória-FDV e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Invisibilidade Social e Energias Emancipatórias em Direitos Humanos na Faculdade de Direito de Vitória-FDV.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 25/08; 15/09;29/09; 06/10; 20/10; 27/10; 10/11; 24/11 e 08/12

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 10



GP - TEORIA CRÍTICA DO CONSTITUCIONALISMO

APRESENTAÇÃO:

O presente grupo de pesquisa nasce da constatação da necessidade de se aprofundar no Brasil os estudos sobre a conexão entre a matriz teórica baseada na filosofia crítica dos direitos humanos e fundamentais e a história do constitucionalismo, valorizando-se a narrativa e a linguagem e, ao mesmo tempo, reconhecendo tanto as origens europeias do direito brasileiro quanto as peculiaridades da realidade da nossa condição (latino) americana.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Nelson Camatta Moreira



Pós-doutor em Direito pela Universidad de Sevilla (bolsa CAPES). Pós-doutor em Direito em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor em Direito pela Unisinos, com estágio anual na Universidade de Coimbra (bolsa CAPES). Mestre em Direito pela Unisinos (bolsa CAPES). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (doutorado e mestrado) e da graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV-ES). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Hermenêutica Jurídica e Jurisdição Constitucional, da FDV-ES. Profesor Invitado, adjunto al Programa Academic Visitor de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla. Miembro del Grupo de Investigación Antagónicos de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla. Colaborador en Seminarios con la Cátedra Abierta de Derecho y Literatura de la Universidad de Málaga. Membro Honorário da Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL). Ex-diretor da Escola Superior de Advocacia do Espírito Santo (OAB-ESA/ES), triênio 2010-2012. Ex-professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Ex-coordenador adjunto do IPA-Methodista (IPA-RS), 2005. Tem experiência em gestão de curso acadêmico e no Direito, com ênfase em Direito Público, especialmente nos seguintes temas: Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Hermenêutica, Filosofia do Direito e Direito e Literatura.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 25/08; 15/09;29/09; 06/10; 20/10; 27/10; 10/11; 24/11 e 08/12

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 09



GP - ESTADO E CONSTITUIÇÃO

APRESENTAÇÃO:

Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo têm conseguido construir uma base teórico-prática para o entendimento das circunstâncias que envolvem o perfil do Estado Constitucional contemporâneo e as transformações que vem sofrendo, em face, particularmente, do processo dito de globalização, dando especial relevância aos reflexos sentidos, por um lado, em seu modelo de Estado Constitucional e, por outro, mais específico, em sua perda de capacidade regulatória, assim como em sua conformação orgânico-funcional. O Grupo, em parceria com a Universidade de Sevilla/ES (Prof. Alfonso de Julius-Campuzzano), Roma I/IT (Prof. Roberto Micù), Firenze/IT (Prof. Emilio Santoro), CES-UC/PT (Prof. Bruno Sena Martons) e PPGDs da UIT, UFSCAR, UNICAP, UFBA e UFSM, tem desenvolvido o projeto Rede de Pesquisa Estado & Constituição – REPE.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

José Luiz Bolzan de Moraes



Professor da Faculdade de Direito de Vitória – graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado); Mestre em Ciências Jurídicas (PUC/RJ); Doutor em Direito do Estado (UFSC e Université de Montpellier I – France); Pós-doutoramento em Direito Constitucional (Univ. de Coimbra/PT). Coordenador da Rede Internacional de Pesquisa “Estado & Constituição”. Professor Visitante da U. di Firenze/IT. Pesquisador PQ/CNPQ. karkaroline

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 25/08; 15/09;29/09; 06/10; 20/10; 27/10; 10/11; 24/11 e 08/12

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 03



GP – SISTEMA PENAL E SEGURANÇA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO:

O grupo de pesquisa atua, sobretudo, no campo da criminologia e das políticas públicas e seu objetivo é promover e difundir o conhecimento criminológico a partir de uma perspectiva interdisciplinar. As pesquisas desenvolvidas se situam no campo do controle social formal e informal, nas suas interações com as diferentes relações de poder em sociedade. Nesse sentido, a justiça criminal e as políticas de segurança são o principal objeto das pesquisas desenvolvidas pelo grupo, para compreender os mecanismos de sua atuação, tanto no contexto dos processos de criminalização quanto no âmbito dos processos de imunização.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Raphael Boldt de Carvalho



Pós-Doutorado em Criminologia pela Universität Hamburg, com bolsa de estudos concedida pelo DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst). Doutor e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV/ES) com estágio doutoral realizado na Johann Wolfgang-Goethe Universität/Frankfurt am Main. Pesquisador visitante junto ao Instituto para Ciências Criminais e Filosofia do Direito (Institut für Kriminalwissenschaften und Rechtsphilosophie) da Universidade de Frankfurt e ao Instituto Max Planck de História do Direito Europeu (Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte). Professor da FDV. Advogado criminalista.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 30 horas

Data de início: 25/08; 15/09;29/09; 06/10; 20/10; 27/10; 10/11; 24/11 e 08/12

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 11h30 às 13h10

Local: sala 14



Direito e
Negócios

EMPRESA JÚNIOR DA FDV - EDV JR.

APRESENTAÇÃO:

A EDV Jr. é a primeira e única Empresa Júnior de Direito do Espírito Santo, prestando serviço no âmbito preventivo, sendo também sem fins lucrativos. E EDV promove a vivência empresarial a seus membros – alunos da FDV – desde o início da faculdade, porque introduz cada um no mercado de trabalho, além de possibilitar a construção de redes de conexões com outros empresários e empresas. Pessoas físicas ou jurídicas podem ser auxiliadas pela EDV, seja por:

- Elaboração/revisão de estatuto e Regimento interno;
- Contratos;
- Termos e políticas de privacidade;
- Registro de marca;
- Consultoria Jurídica;

Cada cliente que busca a empresa possui um atendimento personalizado para sua necessidade, mesmo sendo um *lead* (cliente em potencial). Por estar sempre em contato com o mercado empresarial e clientes, o estudante alcança resultados em networking, empreendedorismo jurídico e desenvolve habilidades importantes. Dessa forma, a EDV Jr. possui como objetivo trazer os conteúdos de sala de aula para a realidade e ampliar a perspectiva jurídica, principalmente nas áreas de marketing, gestão de pessoas, desenvolvimento de projetos, comercial, administração de trabalhadores preparados para o mercado.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

ATIVIDADE ESTUDANTIL:



OUTRAS INFORMAÇÕES:

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros: no perfil @edvjronline no Instagram.



Carreira
Acadêmica



Carreiras e
Políticas
Públicas



Direito e
Negócios

SOCIEDADE DE DEBATES DA FDV - SDFDV

APRESENTAÇÃO:

A Sociedade de Debates da FDV – SDFDV – é uma Liga Estudantil, fundada em julho de 2018, que fomenta a cultura de debates no Espírito Santo. Prezando pela pluralidade de ideias, seus integrantes debatem temas relevantes da vida social, na maioria das vezes em caráter competitivo. As atividades da SDFDV estão alinhadas às diretrizes do Instituto Brasileiro de Debates - IBD, instituição que promove e incentiva a realização de debates competitivos no Brasil (mais sobre o IBD no site: <https://ibdebates.org/pt/>). A SDFDV participa de campeonatos de debates em diversos estados do Brasil, nos quais ocorrem frutíferas trocas de experiências com pessoas de outras regiões e de outros cursos. Além disso, fomenta a cultura de debates em escolas e em outros espaços da sociedade. A Sociedade de Debates visa a desenvolver a capacidade de construir argumentos consistentes e de transmiti-los persuasivamente aos ouvintes, a fim de qualificar o debate universitário e impactar na vida social e política. Com isso, pretende contribuir para a construção de uma cultura de tolerância e de contraposição saudável de ideias.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

ATIVIDADE ESTUDANTIL:



OUTRAS INFORMAÇÕES:

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros: no perfil @sd.fdv no Instagram.



LIGA ACADÊMICA DE DIREITO INTERNACIONAL DA FDV - LADIN

APRESENTAÇÃO:

A Liga Acadêmica de Direito Internacional da FDV é uma associação ligada à faculdade que visa a complementar a formação do estudante com ênfase na área do Direito Internacional. Por meio de encontros quinzenais, desenvolve atividades teórico-práticas que contribuem para uma formação completa na área. O aluno terá a oportunidade de participar de eventos, simulações, visitas e conversas com pessoas ligadas ao Direito Internacional, ou seja, além de colocar em prática o que aprende em sala de aula, complementará seus estudos de Direito Internacional.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

ATIVIDADE ESTUDANTIL:



OUTRAS INFORMAÇÕES:

Informações sobre reuniões e processo seletivo para novos membros: perfil @ladin.fdv no Instagram.



PROJETO DE EXTENSÃO – 50º CAFÉ, DIREITO E LITERATURA

Edição Especial Comemorativa



APRESENTAÇÃO:

Trata-se da continuidade da atividade de extensão, aberta ao público e gratuita, que já se encontra em desenvolvimento desde o ano de 2008. O Café, Direito & Literatura consiste em encontros agendados em ambientes fora da faculdade como Cafés, Livrarias e outras Instituições como a Escola Lacaniana de Psicanálise e a Academia Espírito Santense de Letras. Nos encontros, discutem-se obras literárias que possuam relação com temas relacionados ao Direito e às Ciências Humanas, sob a coordenação do Professor Dr. Nelson Camatta Moreira e com a participação de professores, alunos e do público em geral.

PÚBLICO-ALVO:

A partir do 1º período.

DOCENTE:

Nelson Camatta Moreira



Pós-doutoramento em Direito pela Universidad de Sevilla. Pós-doutoramento em Direito em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor em Direito pela Unisinos, com estágio anual na Universidade de Coimbra. Mestre em Direito pela Unisinos (bolsa CAPES). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (doutorado e mestrado) e da graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV-ES). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Teoria Crítica do Constitucionalismo, da FDV. Profesor Invitado, adjunto al Programa Academic Visitor de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla. Miembro del Grupo de Investigación Antagónicos de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla. Colaborador en Seminarios con la Cátedra Abierta de Derecho y Literatura de la Universidad de Málaga. Presidente (biênios 2019-2020 e 2021-2022) e Membro Honorário Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL). Coordenador do Projeto de Extensão Café, Direito e Literatura (FDV-ES).

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Carga horária: 8 horas

Data de início: 05 e 06/10/2023

Dia da semana: quinta e sexta-feira

Horário: 14h às 18h

Local: a definir